



**CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

PAULO VITOR CARVALHO BUENO

**SUICÍDIO POLICIAL: OS ATRAVESSAMENTOS PSICOLÓGICOS DA
ATIVIDADE POLICIAL E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DO
PROFISSIONAL**

**Muriaé
2023**

PAULO VITOR CARVALHO BUENO

**SUICÍDIO POLICIAL: OS ATRAVESSAMENTOS PSICOLÓGICOS DA ATIVIDADE
POLICIAL E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DO PROFISSIONAL**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário UNIFAMINAS.

Orientador: Augusto César Soares da Cunha.

**Muriaé
2023**

BUENO, Paulo Vitor Carvalho. **Suicídio Policial: os atravessamentos psicológicos da Atividade Policial e seus impactos na Saúde Mental do profissional.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Psicologia. Centro Universitário UNIFAMINAS, Ano 2023.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar e compreender as possíveis relações entre o suicídio policial e as atividades laborais executadas pelos profissionais policiais militares no contexto brasileiro. Para isso, parte-se do entendimento que uma das maneiras de se analisar o suicídio é considerando o sofrimento psíquico que geralmente antecede o ato. Assim, este trabalho trata de um estudo teórico e qualitativo, que foi construído a partir de uma revisão integrativa de literatura, e tem como perspectiva teórica a Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours. Nesse sentido, foram realizadas buscas nas bases de dados indexadas: Scielo; Lilacs; PePSIC; Portal de Periódicos da CAPES e Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) utilizando das palavras chave “Polícia Militar”; “Saúde Mental”; Suicídio; Psicodinâmica. Os achados evidenciam que o trabalho policial é uma profissão penosa e extenuante, contando com altas cargas de tensão e estresse, e que em longo prazo, podem se transformar em diversos sintomas, bem como, depressivos, ansiosos, agressivos, dependências químicas, ou, até mesmo no suicídio do profissional.

Palavras-Chaves: Polícia Militar; Saúde Mental; Suicídio; Psicodinâmica.

BUENO, Paulo Vitor Carvalho. **Suicídio Policial: os atravessamentos psicológicos da Atividade Policial e seus impactos na Saúde Mental do profissional.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Psicologia. Centro Universitário UNIFAMINAS, Ano 2023.

ABSTRACT

The present study aims to analyze and understand the possible relationships between police suicide and work activities carried out by military professionals in the Brazilian context. For this, it starts from the understanding that one of the ways of analyzing suicide is considering the psychic suffering that usually precedes the act. Thus, this work is a theoretical and qualitative study, which will be built from an integrative literature review, which will have as a theoretical perspective the Psychodynamics of Work by Christophe Dejours. In this sense, searches will be carried out in the indexed databases: Scielo; Lilacs; PePSIC; CAPES Periodical Portal and Digital Bank of Theses and Dissertations (BDTD) using the keywords "Military Police"; "Mental health"; Suicide; Psychodynamics. The findings show that police work is a painful and exhausting profession, with high loads of tension and stress, and that in the long term, it can transform into various symptoms, as well as depressive, anxious, aggressive, chemical dependencies, or even even in professional suicide.

Keywords: Military Police; Mental health; Suicide; Psychodynamics.

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – POLÍCIA MILITAR: DEFINIÇÕES E APONTAMENTOS ACERCA DA PROFISSÃO NO BRASIL	17
CAPÍTULO 2 – ATIVIDADE POLICIAL À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	29
CAPÍTULO 3 – O SUICÍDIO E O SOFRIMENTO POLICIAL.....	51
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Na atualidade, boa parte do tempo dos indivíduos adultos é dedicada ao ambiente de trabalho (Brasil, 2016). Assim, para Moura (2019) o trabalho se torna algo significativo para as pessoas em função das influências e impactos que podem causar em suas vidas.

Diante disso, as empresas vêm vivenciando ocorrências de suicídios de seus empregados, levando-se a suspeita da possibilidade de inter-relação entre as mortes e algumas especificidades da organização do trabalho (Dejours e Bègue, 2010). Nesse seguimento, segundo Moura (2019), ao se tratar do profissional policial militar, esse contexto fica ainda mais preocupante, uma vez que esse trabalho lida constantemente com a rigidez, a vulnerabilidade, o risco e a morte.

Dessa maneira, o suicídio está entre as principais causas de morte de policiais no mundo (Pereira; Madruga; Kawahala, 2020). No Brasil, segundo dados recentes apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir do 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), o suicídio de policiais militares aumentou percentual de 54% entre os anos de 2020 e 2021, passando de 52 para 80 registros.

Entretanto, Miranda e Guimarães (2016) apontam que os números podem ser maiores, devido alguns obstáculos epistemológicos enfrentados no processo de produção desses dados. Isso porque, normalmente, os dados não são coletados e sistematizados pelas instituições policiais, e quando são, resistem em disponibilizar este tipo de informação (Miranda e Guimarães, 2016).

Além disso, ocorrem distorções na classificação da causa morte, sendo por vezes, o suicídio substituído como morte por acidente, ou causa desconhecida (Miranda e Guimarães, 2016). Do mesmo modo, os próprios policiais também camuflam as intenções suicidas, se expondo a riscos, recorrendo a confrontos armados ou provocando intencionalmente acidentes (Miranda e Guimarães, 2016).

Miranda (2016) afirma que apesar da importância e gravidade do problema que envolve o suicídio policial, o fenômeno ainda não tem recebido a devida atenção do poder público, nem das instituições policiais. Acerca disso, o próprio assunto que relaciona saúde mental e policiais militares no meio científico foi caracterizado por alguns autores como uma categoria invisibilizada e de reduzido interesse (Minayo;

Assis; Oliveira, 2008; Silva, 2009; Gomes; Belém e Teles, 2014; Silva, 2015; Turte-Cavadinha, 2016; Miranda e Guimarães, 2016; Ferreira, 2016; Winter e Alf, 2019).

Previamente, cumpre salientar que tratar do tema suicídio é demasiadamente melindroso para se fazer correlações lineares do tipo causa e efeito, já que, conforme a Organização Mundial da Saúde (2000) o suicídio pode resultar de uma complexa interação de fatores biológicos, genéticos, psicológicos, sociológicos, culturais e ambientais. O que se fará, portanto, é a análise de apenas um possível fator, neste caso, o trabalho, como interveniente para o óbito, cabendo alerta para a multiplicidade de situações que também podem estar relacionadas com o suicídio (Santo e Siqueira, 2011; Miranda e Guimarães, 2015; Pereira; Madruga e Kawahala, 2019).

Diante disso, fica evidente a limitação e parcialidade do presente estudo, que parte de uma análise psicológica a partir do enquadramento em um discurso teórico específico, e que não possui como pretensão esgotar a temática. Assim, essa pesquisa retrata as possíveis implicações emergentes do contexto policial que podem corroborar para o sofrimento e suicídio dos profissionais, tendo como marco teórico a Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours.

A Psicodinâmica do Trabalho é uma abordagem francesa que chegou ao Brasil na década de 80 (Dejours, 1992). Essa perspectiva tem como eixo, analisar a dinâmica interativa dos sujeitos com o trabalho, considerando à atuação de diversas forças que podem concorrer para a satisfação e o adoecimento do trabalhador (Mendes, 2007).

Para Dejours (2004), o trabalho não pode ser reduzido a somente uma atividade produtiva no mundo objetivo, pois o mesmo “sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada [...]” (p. 30). Dessa maneira, pode-se dizer a partir disso, que a escolha dessa abordagem como direcionadora na construção desse trabalho se deu a partir de alguns quesitos considerados.

De início, devido ao fato dessa temática já ter sido pontuada como pouco investigada, levou-se em conta que das publicações existentes, boa parte dos materiais utiliza dessa abordagem como ângulo nos estudos. Ademais, em razão da posição de invisibilidade policial tanto no seio acadêmico, quanto nas corporações, onde não se valoriza espaços confiáveis para a verbalização do sofrimento, a abordagem dejouriana, por ser fundamentalmente reconhecida por dar voz aos

trabalhadores, poderá contribuir para a valorização, reconhecimento e visibilidade desse sujeito (Mendes, 2007; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018).

Para isso, este trabalho incluiu algumas obras de Christophe Dejours, para uso dos seus principais conceitos, ao qual serão divididos em eixos de análise dos trabalhos encontrados. Com o livro “A loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho” (Dejours, 1992), utilizou-se os conceitos de “organização e condições de trabalho”, “prazer-sofrimento”, “estratégias defensivas”.

O texto “Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho?” (Dejours, 2009), a partir das noções de “identidade”, “saúde mental” e “reconhecimento”. A obra “Subjetividade, trabalho e ação” (Dejours, 2004), com os conceitos de “trabalho prescrito” e “trabalho real”.

E por fim, o livro “Suicídio e trabalho: o que fazer?” (Dejours e Bègue, 2010), para a compreensão do suicídio, não como um ato deslocado, mas em articulação com o contexto. E também, a partir da problematização dos tabus em torno do auto-extermínio, para encará-lo como uma das máximas expressões de sofrimento em decorrência do trabalho (Dejours e Bègue, 2010).

Assim, este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, construída a partir de uma revisão integrativa de literatura, que parte do pressuposto das ressonâncias do trabalho do policial militar ao processo de fragilização da saúde mental, e, portanto, como um potencial produtor de sofrimento psíquico que antecede ao suicídio. Com este método adotado, objetiva-se realizar um apanhado geral sobre as principais produções científicas já publicadas, fornecendo dados relevantes, a partir da integração das idéias e opiniões encontradas, proporcionando assim, maior familiaridade com o assunto, e, tornando-o mais explícito (Gil, 2002; Marconi e Lakatos, 2003).

Dessa forma, esta pesquisa adotou os seguintes procedimentos metodológicos. Nas bases de dados indexadas Scielo, Lilacs, PePSIC, Portal de Periódicos da CAPES e Banco Digital de Teses e Dissertações, foram realizadas como estratégia de busca, três pesquisas seguidas, utilizando das palavras chave: “Polícia Militar”; “Saúde Mental”; depois “Polícia Militar”; Suicídio, e, por fim “Polícia Militar”; Psicodinâmica.

Assim, no primeiro grupo reuniram-se as publicações que abordavam acerca da saúde mental com a Polícia Militar, e, para o segundo grupo, selecionaram-se aqueles que contemplavam sobre o suicídio entre policiais militares, e por fim,

estudos que articulavam aspectos da Polícia Militar com a Psicodinâmica do Trabalho. No procedimento de busca nas bases indexadas, utilizaram-se como filtros: idioma português; Brasil.

Como critérios de inclusão, os artigos, as dissertações e as teses deveriam ser brasileiros, de caráter qualitativo e/ou quantitativo, publicados em qualquer data e que articulassem Saúde Mental e/ou Suicídio e/ou Psicodinâmica com a Polícia Militar. E, como critérios de exclusão, foram todos aqueles que não fizessem articulação com policiais militares, que se tratasse de outras áreas de conhecimento que não a Psicologia, estudos duplicados e que tivessem outras abordagens teórico-metodológicas bem delimitadas, e, que não houvesse possibilidades de articulação com a Psicodinâmica do Trabalho.

Não foi definido como critério uma série temporal nas buscas, devido às poucas produções encontradas, o que acabaria não possibilitando uma análise satisfatória do objeto pretendido. Ademais, vale ressaltar que toda a busca foi realizada no mês de maio do ano de 2023.

Iniciaram-se as buscas na base de dados Scielo. Inicialmente foram encontrados 10 artigos, e a partir da aplicação dos filtros português e Brasil, ficaram 8. Em seguida, 6 foram excluídos através da leitura do título e depois dos resumos, por não contemplarem os critérios objetivados. Restaram 2 artigos que atendiam ao objetivo pretendido (Silva e Vieira, 2008; Spode e Merlo, 2006). Na segunda busca, foram encontrados 6 artigos, com os filtros vieram para 4, e após a leitura dos títulos e resumos foram excluídos 2 por não articularem suicídio com a Polícia Militar, restando 2 artigos para uso (Pereira; Madrugada; Kawahala, 2020; Oliveira e Santos, 2010). E, na terceira busca, foi encontrado 1 artigo que já havia sido incluído. Assim, dessa base de dados, restaram no total 4 artigos para análise.

Na Lilacs, foram encontradas de início 29 publicações, depois, com a aplicação dos filtros restaram 22. Entretanto, a partir da leitura do título notou-se que 4 dessas já haviam sido encontradas, sobrando 18. Dessas, foram excluídos 10 pela leitura do título e resumo, por não atenderem aos critérios já colocados, e 2 não estavam mais disponíveis para acesso, restando assim, 6 estudos para análise (Silva, 2015; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Futino e Delduque, 2020; Souza et al., 2012; Cavadinha, 2016; Perez, 2014). No segundo momento, foram encontradas 6 publicações, com os filtros, caíram para 4, e a partir da leitura dos títulos e resumos restaram 2, entretanto, notou-se que essas já haviam sido encontradas e incluídas.

E, por fim, na última pesquisa foram encontrados um total de 5 artigos, ao qual 2 deles não estavam mais disponíveis para acesso e 1 já havia sido incluído, restando 2 publicações para inclusão (Winter e Alf, 2019; Marçal et al., 2020). Assim, totalizaram 8 publicações.

Já na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontrados na primeira pesquisa 31 resultados. A partir da leitura do título e resumos foram excluídas 19 publicações, restando apenas 12. Dessas, 5 foram descartadas por já terem sido incluídas em outra consulta, sobrando 7 para inclusão (Oliveira, 2018; Cândido, 2013; Spode, 2004; Brito, 2020; Muller, 2012; Souza, 2021; Silva, 2009). Na segunda busca, foram encontradas 11 publicações, ao qual, com a leitura dos títulos e resumos, foram descartadas 10, por não atenderem ao objetivo pretendido, restando 1, que já havia sido incluída para estudo na primeira consulta. Na terceira busca foram encontradas 5. Dessas, 1 foi descartada por não atender aos critérios, e 1 por já ter sido encontrada em outra busca, restando 3 estudos, que foram incluídos para análise (Lima, 2018; Piva, 2005; Ferreira, 2016). Totalizaram no final 10 publicações.

Na Capes, em um primeiro momento, encontrou-se 31 publicações, e a partir dos filtros, restaram 17. Com a leitura dos títulos e resumos, foram excluídas 10, por não se enquadrarem nos critérios, e as 7 restantes já haviam sido encontradas em outra busca. Em segundo momento, foram encontrados 17 estudos. Desses, 9 foram excluídos pela leitura do título e resumo, e, 7 já haviam sido incluídos em outra busca, sobrando 1 publicação para inclusão (Miranda, 2015). Na terceira busca foram encontradas 4 publicações, sendo 3 já incluídas em outro momento, restando 1, que foi incluída, pois atendia os critérios (Ferreira e Ghizoni, 2018). Ficaram, no total, 2 publicações.

Já na plataforma PePSIC não foram encontradas publicações a partir dos mesmos descritores e procedimentos. Em suma, acerca dos materiais descartados, puderam-se destacar dois aspectos principais comumente encontrados, bem como, não articulavam os temas saúde mental e suicídio tendo como público-alvo o policial militar, surgindo nesse lugar bombeiros, policiais civis, ou a própria população em si, atendida por esses profissionais diante dessas ocorrências.

Outro ponto foi o embasamento teórico-metodológico, destoante da Psicodinâmica do Trabalho ancorada na Psicanálise, sendo muitos deles relacionados à teoria do estresse e diagnósticos psicopatológicos, sobretudo a

Síndrome de Burnout e Estresse Pós Traumático recorrentes em policiais militares. Assim, a partir desses procedimentos, constituíram-se como acervo final deste trabalho o total de 11 artigos, 11 dissertações e 2 teses.

Ademais, com o fito de organizar e demonstrar com maior clareza os resultados encontrados, abaixo está apresentado no quadro 1, a síntese dos procedimentos perpassados nas bases de dados. E, no quadro 2, as publicações selecionadas para análise, apresentando a base de dado, o tipo de publicação, o título do trabalho, os autores e o ano da publicação.

Quadro 1. Procedimentos de busca e escolha de produções acadêmicas.

SCIELO	Publicações encontradas	Com filtros português e Brasil, restaram	Com a leitura do título e resumo restaram	Total: 4 publicações.
1º busca: “Polícia Militar”; “Saúde Mental”.	10	8	2	-
2º busca: “Polícia Militar”; Suicídio.	6	4	2	-
3º busca: “Polícia Militar”; Psicodinâmica.	1	0	0	-
LILACS				Total: 8 publicações.
1º busca: “Polícia Militar”; “Saúde Mental”.	29	22	6	-
2º busca: “Polícia Militar”; Suicídio.	6	4	0	-
3º busca: “Polícia Militar”; Psicodinâmica.	5	2	2	-
				Total: 11

BDTD				publicações.
1º busca: “Polícia Militar”; “Saúde Mental”.	31	31	8	-
2º busca: “Polícia Militar”; Suicídio.	11	11	0	-
3º busca: “Polícia Militar”; Psicodinâmica.	5	5	3	-
CAPES				Total: 2 publicações.
1º busca: “Polícia Militar”; “Saúde Mental”.	31	17	0	-
2º busca: “Polícia Militar”; Suicídio.	17	17	1	-
3º busca: “Polícia Militar”; Psicodinâmica.	4	4	1	-

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Quadro 2. Publicações selecionadas para análise.

BASE DE DADO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES(AS) E ANO DA PUBLICAÇÃO
Scielo	Artigo	Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil.	Pereira; Madruga; Kawahala, 2019.
Scielo	Artigo	O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental.	Silva e Vieira, 2008.
Scielo	Artigo	Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar.	Spode e Merlo, 2006.

Scielo	Artigo	Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua.	Oliveira e Santos, 2010.
Lilacs	Dissertação	Organização policial militar, produção de subjetividade e saúde mental.	Silva, 2015.
Lilacs	Artigo	Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema.	Futino e Delduque, 2020.
Lilacs	Tese	Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares.	Turte-Cavadinha, 2016.
Lilacs	Tese	Uso de tabaco, uso de álcool, comportamento sexual e saúde mental em amostra de alunos oficiais da Academia da PM-SP.	Perez, 2014.
Lilacs	Artigo	Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro.	Souza et al., 2012.
Lilacs	Artigo	Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro.	Minayo; Assis; Oliveira, 2008.
Lilacs	Artigo	A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho.	Winter e Alf, 2019.
Lilacs	Artigo	Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte.	Marçal et al., 2020.

BDTD	Dissertação	Epidemiologia do uso de substâncias psicoativas em operadores de Segurança Pública: Diretrizes para Políticas institucionais no campo da promoção de saúde.	Oliveira, 2018.
BDTD	Dissertação	Trabalho e Saúde Mental entre Policiais militares de Palhoça (SC).	Cândido, 2013.
BDTD	Dissertação	Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na Polícia Militar.	Spode, 2004.
BDTD	Dissertação	Sofrimento Psíquico em Policiais militares: um estudo de revisão.	Brito, 2020.
BDTD	Dissertação	Uma polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do pelotão de operações especiais.	Muller, 2012.
BDTD	Dissertação	Olhos e corações fechados: Um estudo sobre o suicídio na PMERJ.	Souza, 2021.
BDTD	Dissertação	Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental.	Silva, 2009.
BDTD	Dissertação	Trabalho e sofrimento do Policial Militar do Estado de Goiás.	Lima, 2018.
BDTD	Dissertação	Trabalho e sofrimento psíquico: Um estudo de caso com Policiais militares.	Piva, 2005.
BDTD	Dissertação	Mesmo com o sacrifício da própria vida: Vivência de prazer e sofrimento no trabalho entre PM-DF.	Ferreira, 2016.

CAPES	Artigo	O suicídio policial: o que sabemos?	Miranda e Guimarães, 2015.
CAPES	Artigo	Narrativas de Policiais Militar do Tocantins sobre o trabalhar.	Menezes e Deisy, 2018.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Ademais, para circunscrever e dar corpo ao trabalho foram adotadas para inclusão deste trabalho, outras fontes de suma relevância de acordo com as discussões a serem propostas. Nesse sentido, cito a organização deste trabalho, aliada as tais fontes evocadas.

Assim, no que tange a distribuição de conteúdo, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro tem como pontapé uma breve contextualização histórica acerca da Polícia Militar no Brasil (Minayo; Souza; Constantino, 2008), uma vez que este movimento permite um reconhecimento crítico acerca do lugar que essa instituição ocupou historicamente, dando sentido as características hoje vigentes, e, pensando no futuro em busca de possíveis modificações. Em seguida, surgem os aspectos legais [Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988)]; [Lei Federal nº 6.880/80 (Brasil, 1980)]; [Decreto-Lei 667 (Brasil, 1969)]; [Portaria Normativa 660/MD (Brasil, 2009)]; [Lei 12.086 (Brasil, 2009)] que apontam acerca dos princípios norteadores desse fazer, os significados dos mesmos, a subdivisão hierárquica e as promoções dentro da instituição.

Logo após, se diz como se dá o percurso da entrada nessa instituição e o processo para construção e consolidação da identidade para ser e estar policial militar. Além do mais, para viabilizar a construção de uma análise crítica desse contexto institucional, trago duas obras de suma importância: “Vigiar e Punir” (Foucault, 2014) com a discussão do conceito de “disciplina”, e, “Manicômios, Prisões e Conventos” (Goffman, 2019) a partir dos conceitos de “instituições totais” e “mortificação do eu”. E, por fim deste capítulo, se discute acerca da entrada do psicólogo militar, sua importância e desafios nesse contexto (Patrocínio, 2003).

No segundo capítulo, relata-se a respeito da relação desses aspectos com a saúde mental do policial militar (Brasil, 2016). Para isso, a partir das contribuições da psicodinâmica, traz-se luz para alguns dos fatores psíquicos que estão em jogo nesse trabalho, utilizando-se de uma articulação com alguns dos seus principais conceitos: organização e condições do trabalho; prazer-sofrimento; estratégias

defensivas; identidade; reconhecimento; trabalho prescrito e real (Dejours; Abdoucheli; Jayet, 1994). Assim, ao final deste capítulo, e já fazendo ponte para o terceiro, identificam-se as principais características que circundam esse fazer, e que tenham sido apontados nas bibliografias como preditores ao adoecimento psíquico do profissional, que geralmente antecede ao suicídio.

No capítulo três, está proposto acerca do suicídio policial propriamente dito (Miranda et al., 2016), apontando sua definição (Durkheim, 1982), possíveis relações do processo de sofrimento psíquico advindo desse contexto, ações da instituição militar e estratégias de prevenção (Miranda, 2016). E, para conclusão, nas considerações finais, sintetizaram-se as principais descobertas, e, retomaram os argumentos chave sobre quais fatores de riscos inerentes a profissão da Polícia Militar pode repercutir no adoecimento psíquico e suicídio do profissional.

CAPÍTULO 1 – POLÍCIA MILITAR: DEFINIÇÕES E APONTAMENTOS ACERCA DA PROFISSÃO NO BRASIL

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL

Baseada no modelo francês, a gênese da polícia no Brasil é marcada pela transmigração da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, no ano de 1908 (Spode, 2004; Piva, 2005; Minayo; Souza; Constantino, 2008; Muller, 2012; Silva, 2015). Nesse momento, Dom João VI cria a Intendência Geral da Polícia, que além de lhe oferecer cobertura política, deu origem à estrutura básica da atividade policial no Brasil (Minayo; Souza; Constantino, 2008).

Em resumo, essas atividades tinham como função oferecer cobertura para o governo, justiça e administrações internas (Minayo; Souza; Constantino, 2008). De acordo com Silva (2015), esses profissionais possuíam autonomia para decidirem os parâmetros legais daquilo que se enquadraria como um comportamento criminoso, quais os métodos punitivos a serem adotados, e, no fim, a vigia do cumprimento das sentenças.

Em nome da ordem, o objetivo era proteger aqueles que criavam as regras, por meio de repressão e subjugação, de todos que poderiam desestabilizar o funcionamento do modelo dominante (Minayo; Souza; Constantino, 2008; Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Muller, 2012; Silva, 2015; Marçal et al., 2020). Nesse sentido, a polícia inicialmente não estivera a serviço da população, mas da manutenção de um grupo político dominante, assegurando o cumprimento das regras por parte da população desfavorecida (Minayo; Souza; Constantino, 2008; Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Muller, 2012; Silva, 2015; Marçal et al., 2020).

Entretanto, para Minayo; Souza e Constantino (2008), mesmo com tantos poderes, este órgão não possuía, de fato, um corpo de profissionais preparados para tal missão. Para reparação disso, foi criado posteriormente, a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, organizada à semelhança do Exército em 1809, de onde derivou a corporação policial uniformizada e de formato militar até hoje vigente (Piva, 2005; Minayo; Souza; Constantino, 2008; Cândido, 2013; Silva, 2015; Turte-Cavadinha, 2016; Winter e Alf, 2019).

Somente em 1831, aconteceu uma primeira e única reforma, quando a Guarda Real se rebela, e é substituída por uma organização paramilitar e civil, denominada Guarda Municipal pelo regente Diogo Antônio Feijó (Minayo; Souza; Constantino, 2008). Ela surgiu como uma força armada instituída para ser o suporte da manutenção da ordem, e modelo para as que fossem criadas no resto do país, tornando a Polícia Militar do Rio de Janeiro, a matriz de toda Polícia Militar (Minayo; Souza; Constantino, 2008).

Devido ao fato, de em sua composição não haver cidadãos profissionalizados, remunerados e recrutados, essa iniciativa naufragou em cerca de três meses (Minayo; Souza; Constantino, 2008). No seu lugar, Feijó idealizou e instituiu o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, que em 1866 passou a se chamar Polícia da Corte, e só em 1920, a partir de mudanças institucionais, ocorridas pela Proclamação da República Brasileira, recebeu a designação formal de Polícia Militar (Minayo; Souza; Constantino, 2008).

Em relação a sua função, Silva e Vieira (2008) pontuam que até a década de 1960, a Polícia Militar tinha como especificidade a manutenção da ordem pública, e, a integridade territorial do Estado. E, só por volta de 1968, integrou a exclusividade do policiamento ostensivo fardado, com o objetivo de promover a proteção coletiva e diversas funções como:

[...] assegurar as instituições; garantir a ordem nos estados; atuar de maneira repressiva e/ou preventiva; atender as convocações para prevenir ou reprimir graves perturbações, tanto internas quanto ao nível do governo federal, em caso de guerra externa (Silva e Vieira, 2008, p. 164).

De forma geral, desde a sua origem, a Polícia Militar passou somente por pequenas reformas, cristalizando-se na maior parte dos seus aspectos (Silva e Vieira, 2008). Contudo, há de se pensar que a atual sociedade brasileira, é diferente daquela de tempos idos, seja por meio de uma realidade cadenciada pelo aumento da violência e criminalidade, o descompasso em relação às políticas públicas atualmente vigentes, e a não previsibilidade para uma atuação que coíba determinados grupos para sustentação de outro dominante (Silva e Vieira, 2008).

Porém, ainda assim, é possível perceber na atualidade, atributos que acompanham historicamente essa instituição. Inicialmente, pode-se apontar para o fato de constituir-se desde o seu início, em sua organização interna e em seu regime

disciplinar, como uma corporação militarizada (Piva, 2005; Minayo; Souza; Constantino, 2008; Cândido, 2013; Silva, 2015; Turte-Cavadinha, 2016; Winter e Alf, 2019).

Dentre as características advindas de cunho militarista, que prevalecem na organização militar, a hierarquia e disciplina ainda constituem-se em princípios doutrinários componentes base da instituição (Brasil, 1988; Piva, 2005; Minayo; Souza; Constantino, 2008; Turte-Cavadinha, 2016; Silva, 2015; Winter e Alf, 2019; Brito, 2020). Com isso, Silva e Vieira (2008) trazem que a organização da Polícia Militar continua idêntica a do Exército, tanto com seu modo de operar, quanto em relação à organização em batalhões, companhias e pelotões.

Ademais, a própria relação negativa e de distanciamento com a sociedade, já que, justificados pela própria autonomia que lhes eram inicialmente concedidas, havia espaço para o estabelecimento de atitudes hostis com a população, contribuindo para a construção de uma imagem policial intimidadora (Silva, 2009; Silva, 2015; Turte-Cavadinha, 2016; Futino e Delduque, 2020). Assoma-se também, junto dessa hostilização, a naturalização e a banalização da violência (Marçal et al, 2020).

Essa breve retomada do passado é válida à medida que permite compreender, que mesmo que a instituição policial perpassou por diferentes momentos históricos e sociais desde sua fundação, ainda assim, se mantém muitos atributos intactos, bem como, a militarização, hierarquia, disciplina e a relações sociais desagradáveis. Dessa forma, o fato desses aspectos advirem historicamente na instituição, suscita-se a reflexão que a Polícia Militar pode apresentar como marca, dificuldades de adaptação e ajustamento de modalidades, a partir de cristalizações de certa forma de ser e estar socialmente, vigentes desde o seu início.

1.2 ASPECTOS LEGAIS ATUALMENTE VIGENTES

Na atualidade, as Polícias Militares já consolidadas de uma forma mais ampla e abrangente no Brasil, possuem previsão constitucional, e contam com um extenso compêndio de leis infraconstitucionais, que regulam seu funcionamento. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, aponta para a responsabilidade do Estado no que diz respeito aos processos de Segurança Pública, e, dentre os órgãos previstos nesse rol, temos a Polícia Militar (Brasil, 1988).

Diante disso, acerca dos princípios organizacionais que estruturam seu funcionamento, aparece no artigo 42: “Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”; e sobre a sua função geral, no artigo 144, parágrafo 5º, “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (Brasil, 1988, p. 120).

A Lei Federal nº 6.880/80, no artigo 14, incisos I e II, enquadram os termos hierarquia e disciplina como base institucional das Forças Armadas no Estatuto dos Militares, e os definem como: § 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antigüidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade; § 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo (Brasil, 1980).

Junto a isso, co-existe também o registro relacionado à subdivisão dos papéis a serem ocupados e desempenhados dentro da organização. Oficializada e se tornando visível por meio do Decreto-Lei 667 (Brasil, 1969) que preceitua que hierarquicamente os policiais militares serão compostos por oficiais: coronel, tenente-coronel, major, capitão, 1º tenente e 2º tenente; praças especiais de polícia: aspirante-a-oficial e alunos da escola de formação de oficiais da polícia; e praças de polícia: subtenente, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, cabo e soldado.

Para Brito (2020), tal estruturação hierárquica tem por finalidade dividir as funções, as pessoas, os grupos, as ações e os comportamentos, definindo aquele que ordena e aquele que obedece, e, quais os limites de cada um. Nisso, Lima (2018) acrescenta que enquanto os oficiais assumem funções de comandar e administrar a corporação, os praças são comandados e executores dos serviços cotidianos.

De maneira geral, os policiais militares possuem respaldo legal e disciplinar para conduzir suas ações. Dessa forma, se for certificado transgressões, o policial sofrerá penalidades administrativas, podendo ser advertido, demitido ou até mesmo preso (Pereira; Madruga; Kawahala, 2020).

Destaca-se também o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (R-Cont), registrado na Portaria Normativa 660/MD, em 19 de maio de 2009 (Brasil, 2009). Mesmo que essa portaria seja oriunda das Forças Armadas, aplica-se também nas Organizações da Polícia Militar, por serem forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro (Brasil, 1988).

De acordo com seu Artigo 2, incisos I, II e III, assegura-se na instituição militar o tratamento: § 1º com respeito e consideração os seus superiores hierárquicos, como tributo à autoridade de que se acham investidos por lei; § 2º com afeição e camaradagem os seus pares; § 3º com bondade, dignidade e urbanidade os seus subordinados (Brasil, 2009). Isso se estende para quaisquer circunstâncias de tempo e lugar, mesmo que os profissionais não estejam em turno de serviço, deverão manter o espírito de disciplina e o apreço entre os integrantes da organização (Brasil, 2009).

Agora, quanto à ascensão na carreira do policial militar, basicamente há Planos de Cargos e Carreiras dos Militares Estaduais que são elaborados de acordo com os governos de cada estado. Nesse sentido, tomando como base a Lei 12.086, de 6 de novembro de 2009, que dispõe sobre os militares do Distrito Federal, em seu artigo 6º, incisos I, II, III e IV, pode-se dizer que, as promoções acontecem por: § 1º antiguidade; § 2º merecimento; § 3º ato de bravura; e § 4º post mortem. Em sequência, uma explanação breve acerca de cada um desses aspectos.

A promoção por antiguidade baseia-se, no tempo de permanência em uma determinada graduação (Brasil, 2009). Já por merecimento, subdivide-se: art. 8º I - na ordem de classificação obtida ao final dos cursos iniciais de cada Quadro; e II - no conjunto de atributos e qualidades que distingue e realça o valor do Oficial entre seus pares, avaliado no decurso da Carreira e no desempenho de cargos, funções, missões e comissões exercidas, em particular no posto que ocupe ao ser cogitado para a promoção (Brasil, 2009).

E, por fim, enquanto a promoção pelo ato de bravura é: art. 9º aquela que resulta de ato não comum de coragem e audácia, que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, representa feito heróico indispensável ou relevante às operações policiais militares ou à sociedade, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanado (Brasil, 2009). A post mortem, é: art. 10 aquela que visa a expressar o reconhecimento ao policial militar morto no

cumprimento do dever ou em consequência disto, ou a reconhecer direito que lhe cabia, não efetivado por motivo de óbito (Brasil, 2009).

Em suma, pode-se dizer que a natureza jurídica dessa profissão, encontra-se fixada nesses, e em diversos outros documentos, bem como leis, portarias, decretos e resoluções, que lhes atribuem várias restrições e deveres próprios. Com isso, evidencia-se a partir dessa categoria, o caráter de extrema rigidez e burocracia que atravessa e estrutura o trabalho do policial, sujeitando-o a diversas formas de exigências e enquadramento, e, caso não haja correspondência, o profissional sofrerá as devidas penalidades.

1.3 ANÁLISE CRÍTICA DOS ASPECTOS BUROCRÁTICOS

A partir de tais particularidades pertencentes às instituições policiais já postas, destaca-se que a hierarquia e disciplina constituem-se as principais características que modelam o funcionamento dessas organizações (Brasil, 1988). Entretanto, devido ao fato deste modo de funcionamento se pautar numa estrutura extremamente burocrática, este sofre frequentemente de grandes críticas.

Nesse sentido, alguns autores reiteram que este modelo de funcionamento, corrobora para o estabelecimento de relações de poder, que legitimam a dinâmica dominador-dominado, onde os subordinados ficam numa posição de alta vulnerabilidade e tensão (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019). E, a partir dessa lógica hierarquizada entre quem manda e quem obedece como direcionadora do espaço e das relações de trabalho, estas podem impactar na medida em que limitam o diálogo e as relações interpessoais dentro da instituição (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019).

Ao atribuir papéis distintos a partir do funcionamento piramidal, Lima (2018) agrega ao dizer que o princípio da hierarquia, reverbera não somente na divisão do trabalho, organizando as atribuições específicas de cada patente, mas, que também se desdobra em uma divisão social. Esse dado traduz-se em status e valor, na qual os policiais vão se sobrepondo uns aos outros, em graus de poder e autoridade, e cada um recebe os prestígios de acordo com o lugar assumido (Lima, 2018).

Agora, tomando como base o caráter de cunho disciplinatório nessas e em outras instituições, Foucault (2014) possui uma contribuição importante. Ao apontá-la como um instrumento de poder, Foucault (2014) diz que este método acaba por sustentar uma espécie de fábrica, que acaba por produzir “corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (p. 134).

Isso serve para que os sujeitos estejam aptos para atender aos interesses da instituição, moldando seu comportamento, atitudes e visão de mundo (Foucault, 2014). Assim, a disciplina na conceituação foucaultiana, ao mesmo tempo em que diminui as forças do sujeito, facilitando o caminho para a obediência, ela também aumenta suas forças em termos de utilidade e eficiência na execução das tarefas (Foucault, 2014).

Dessa maneira, a dinâmica burocrática e de extrema exigência que perpassa o trabalho do policial, é criticada à medida que subdividem os sujeitos em funções e papéis, num funcionamento hierárquico, que acaba por fundar na instituição, relações de poder, entre aquele que pensa e o que executa o serviço. Essa dinâmica se sustenta a partir da disciplina, que incentiva os sujeitos que ingressam a se submeterem, não questionarem e estejam sempre prontos para atender os interesses da instituição.

1.4 FORMAÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS PARA TORNAR-SE POLICIAL MILITAR

Segundo Lima (2018), ao adentrar nas Academias de Formação, após a aprovação em concurso público, o novo policial será apresentado a um ritual, que forja seu corpo, seus reflexos e sua atenção, levando-o a olhar o mundo sob um novo prisma. Com isso, diante das condições legislativas e da cultura pautada na hierarquia e disciplina, que organiza e fundamenta todo aparato policial, pode-se dizer que o ingresso em uma dessas instituições, até a construção da identidade policial, caracteriza-se por mudanças significativas, ocorrendo uma passagem da vida civil para vida militar (Turte-Cavadinha, 2016; Brito, 2020).

Brito (2020) salienta que essa passagem pode não ocorrer igualmente para todos, pois, a partir de conteúdos psíquicos pré-existentes, os integrantes poderão assimilar a doutrina policial de modo diferente. Ademais, acrescenta que essas mudanças também refletem nos demais aspectos da vida particular desse sujeito, o

que tende a mudanças no círculo social, e ao acesso a determinados lugares (Brito, 2020).

Acerca dos ritos de ingresso, o integrante pode passar por vários, como o trote acadêmico, nivelamento do corte de cabelo, uniformização da indumentária, formatura, entre diversos outros (Albuquerque e Machado, 2001 apud Silva, 2015). Dessa forma, através de intensas exigências, evidencia-se que a identidade policial é formada a partir de marcas indeléveis e profundas no corpo e no psiquismo do sujeito (Albuquerque e Machado, 2001 apud Silva, 2015).

Turte-Cavadinha (2016) em entrevista com policiais militares de Brasília pôde apreender a partir dos relatos, vestígios de ressentimentos acerca do modo de transmissão da doutrina militar. De acordo com a autora, essa transferência costuma ser realizada de forma brutal e humilhante, por meio de palavras depreciativas, esforços extenuantes sem preocupação com lesões, citando como exemplos, flexões no asfalto quente, exposição ao sol, chuva, entre outros (Turte-Cavadinha, 2016).

Ao final disso, há de se existir certa disposição para guerra, e o entendimento da existência de um inimigo que precisa ser combatido a qualquer custo (Silva, 2015; Turte-Cavadinha, 2016). Muitos são os discursos que respaldam essas características, pois existem:

“Alegorias associadas à simbologia da guerra como o ‘combate’, o ‘confronto’, o ‘inimigo’ etc. são empregadas tanto no senso comum quanto na mídia para descrever as ações da polícia e para cobrar iniciativas e formas de intervenção. Também são frequentes as fabulações que vinculam a função de polícia a uma ‘guerra contra o crime’ e, mais recentemente, a uma ‘guerra às drogas’. Alguns aspectos, sobretudo aqueles mais imediatamente apreensíveis, favorecem a cristalização dessas metáforas, parte delas até condizente com a realidade policial militar.” (Muniz, 1999, P. 112 apud Ferreira, 2016, p. 79).

No geral, tal processo de formação, objetiva a morte do antigo eu, para emersão de um novo eu, revestido de toda coragem e força. Goffman (2019) tem uma contribuição importante a partir da noção de “mortificação do eu”, decorrente do ingresso do sujeito naquilo que ele nomeou de “instituições totais”.

Para o autor, as instituições totais caracterizam-se pelo movimento de fechamento em relação ao mundo externo, excessivo controle sobre os sujeitos, e, uma organização rígida e burocrática (Goffman, 2019). Assim, na chegada de um novato em uma instituição total, ao qual trás consigo uma concepção própria, no

ingresso, tem seu eu brutalmente mortificado através de uma série de rituais que visa à padronização e o ajustamento do sujeito (Goffman, 2019).

Diante dessa noção, para Brito (2020) é possível fazer uma alusão as instituições da Polícia Militar, já que esta, por ser uma organização formal e burocrática, exerce significativas modificações na subjetividade, incentivando a uniformização e padronização dos seus membros. Em concordância, para Silva (2015), este processo produz uma grande massa de indivíduos uniformes e tende a silenciar os processos de singularização.

Ao final da formação, estes trabalhadores ainda juram servir e proteger a população, resguardando por sua integridade física e a do patrimônio, mesmo sendo preciso o sacrifício da própria vida (Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Brito, 2020). Assim, além de adquirirem o entendimento que suas vidas possuem um valor inferior que dos cidadãos civis, esse juramento possui para seus integrantes, uma significação heróica, de forma que passam a perceber a própria morte por motivos do trabalho, como um fenômeno nobre e louvável (Ferreira, 2016).

Passando o período de formação, já no campo do trabalho, os policiais irão exercer na prática suas funções operacionais, o chamado patrulhamento ostensivo, e, as funções administrativas. Fraga (2006 apud Brito, 2020) divide os meios que serão utilizados nesse processo de trabalho em duas instâncias: instrumento e técnico-operativo.

O primeiro se refere aos equipamentos, tais como: o uniforme, as armas, as viaturas, os coletes balísticos, cinto, coturno, entre outros. Já o técnico-operativo, se vincula a todo conhecimento técnico e prático ao qual o policial se apropriou através do curso de formação, e também, no cotidiano do trabalho (Fraga, 2006 apud Brito, 2020).

O fardamento e instrumentos utilizados por esses profissionais, também recebem seu contorno simbólico, já que, possuem uma relação de sentido com a profissão, remontando a própria subjetividade dos policiais. Assim, para o policial militar, seus equipamentos estão para além de só ferramentas de trabalho, mas simbolizam poder e autoridade, resultando com isso em parte de sua identidade (Silva, 2009; Silva, 2015; Pereira; Madruga; Kawahala, 2019).

Em síntese, esse tópico aponta que a formação para tornar-se policial militar, produz e modela subjetividades, de tal forma que todos integrantes podem divergir consideravelmente do que eram outrora, possuindo certa forma de se portar, que é

específica e padronizada pela instituição. Com isso, esse processo de convocação da personalidade a partir da internalização do discurso policial, reverbera na forma como o sujeito passa a interpretar o mundo, sua existência, filtros ou preferências, à medida que passa a assumir uma identidade socialmente diferente.

1.5 ASPECTOS SOCIAIS E PSICOLÓGICOS

Em relação à sociedade, existe uma grande expectativa social entorno do policial, onde se espera que o mesmo seja preciso e pontual (Piva, 2005; Moura, 2019). Assim, o profissional precisa apresentar um repertório de comportamentos adequados diante das diversas situações que se deparar ao longo do seu trabalho, mantendo sempre sob controle, tudo que tende apresentar ameaça a ordem pública, desorganizando o corpo social (Piva, 2005; Moura, 2019).

Ainda, para Piva (2005), o policial militar no exercício de sua função deverá ser ágil, na exatidão de uma máquina, pois quaisquer erros de avaliação podem ser fatais, à medida que induzirá o policial a assumir posturas equivocadas. Nesse seguimento, evidencia-se a necessidade da importância da assertividade na prática policial, já que o mesmo lida com o perigo e o risco iminente de morte (Piva, 2005; Moura, 2019).

De outro modo, qualquer evento que afete o trabalhador, tenderá a impactar de a sociedade, a quem prestam seus serviços (Brito, 2020). Nisso, incide parte importante desses profissionais possuírem amparo do seu estado psíquico, onde possa manifestar angústias, frustrações e outros sentimentos, pois, a falta de equilíbrio emocional, pode reduzir a eficácia do seu desempenho, podendo assumir atitudes descompassadas durante situações caóticas, expondo não somente os próprios policiais, mas também a população a perigos (Patrocínio, 2003; Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Cândido, 2013; Miranda, 2016; Moura, 2019; Marçal et al., 2020; Brito, 2020).

Acerca disso, a história de entrada dos primeiros psicólogos militares, remonta a 1987 (Patrocínio, 2003). Patrocínio (2003) caracteriza esse período como sendo de um cenário bastante crítico nas instituições policiais, descrita da seguinte maneira:

[...] pouca oferta de assistência em psicoterapia, apesar da grande demanda reprimida para atendimento psicológico, alto índice de suicídios, grande volume de internações psiquiátricas, quadros reativos diversos de sofrimento psíquico causados pela atividade profissional, freqüentes casos de alcoolismo (e junto, a banalização deste problema), comportamentos explosivos e violentos, e também espertos simuladores. Existia alguma oferta de tratamento psiquiátrico, porém limitada, pois a equipe contava com apenas 2 (dois) médicos especialistas (Patrocínio, 2003, p. 19).

Nesse sentido, ainda para a mesma autora, foi a partir dessa realidade que foi se construindo certo cuidado em saúde mental nas corporações policiais (Patrocínio, 2003). Sendo atualmente, já disponibilizado aos policiais militares, um suporte psicológico gratuito, executados por psicólogos efetivados pela instituição ou clínicas conveniadas (Turte-Cavadinha, 2016; Pereira; Madruga; Kawahala, 2019).

Mesmo com tais avanços, ainda existem desafios na inserção da temática que envolve conteúdos mentais nesse contexto. Podendo citar para exemplificação disso, as dificuldades enfrentadas no processo de estudo de Oliveira e Santos (2010), realizado em dois Batalhões da Polícia Militar de São Paulo.

Nessa pesquisa, os autores pontuaram a necessidade de quebra das barreiras provenientes de certa desconfiança, de que as informações não seriam repassadas para os superiores hierárquicos, e também, a desmistificação da noção de que assuntos que envolvem saúde mental seriam para 'loucos' (Oliveira e Santos, 2010). Vale acrescentar, que outras pesquisas também tiveram os mesmos enfrentamentos (Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Winter e Alf, 2019; Souza, 2021).

Oliveira e Santos (2010) levantaram a hipótese de que essas dificuldades poderiam ser decorrentes do histórico militarista que favorece a falta de abertura ao diálogo, desconsiderando aspectos relacionados aos sentimentos e emoções. Concomitante a isso, Silva e Vieira (2008) apontam que:

[...] as reflexões sobre a saúde no trabalho policial ainda são bastante limitadas. Isso não é por acaso, principalmente no Brasil, em que os espaços silenciosos instituídos durante o período da ditadura militar continuam a ecoar até hoje. Assim, o ônus sofrido nas últimas décadas caracterizou um espaço, pós-regime militar, não muito propício para se tratar de temas versados sobre a polícia, pois quem o fizesse não era bem visto pela sociedade (Silva e Vieira, 2008, p. 168).

Segundo Caravantes (2003 apud Silva e Vieira, 2008), a burocracia no modelo de organização da instituição é criticada, sobretudo pela ênfase aos aspectos formais da organização, desconsiderando os próprios trabalhadores.

Nesse sentido, é possível observar esse aspecto a partir do relato de um policial, expresso em um trabalho realizado na cidade de João Pessoa, na Paraíba, que disse “Por trás desta farda existe um ser humano [...]” (Silva e Vieira, 2008, p. 165).

Ante essa fala, evidencia-se a demanda de se olhar para um sujeito que tem necessidades, medos, anseios, e outros atravessamentos não considerados (Silva e Vieira, 2008). Isso fomenta para esse contexto, a importância do trabalho que envolve aspectos psicológicos, de modo que este represente para o profissional um espaço aberto e livre para comunicação e expressão de afetos.

Em suma, para essa seção, traz-se acerca da importância do trabalho psíquico para o policial, o que auxilia, na própria segurança da população, já que uma vez desordenados emocionalmente, o policial poderá assumir posicionamentos que coloquem em risco a própria vida, ou do cidadão civil. Contudo, paulatinamente a organização vem incluindo os psicólogos no seu quadro de profissionais de saúde, mas, devido ao histórico militarista que valoriza a não expressão de sentimentos e emoções, é possível perceber resistências dos policiais para se inserirem nesse tipo de tratamento, a partir de diversos tabus construídos e consolidados ao longo do tempo, entorno de assuntos referentes à saúde mental na instituição.

A partir disso, embora o universo policial possa ser apreendido sob diferentes níveis de análise, para este estudo, pretende-se como eixo central, a partir do próximo capítulo, apontar os aspectos psíquicos que estão em jogo no exercício desta profissão. Para isso, utiliza-se como respaldo teórico a Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, a partir da articulação com alguns dos seus principais conceitos, bem como, organização e condições do trabalho, estratégias defensivas, prazer-sofrimento, identidade, reconhecimento, trabalho prescrito e real.

CAPÍTULO 2 – ATIVIDADE POLICIAL À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

2.1 PSICODINÂMICA DO TRABALHO: PANORAMA GERAL ACERCA DA TEORIA

Em relação à concepção que a abordagem da psicodinâmica possui sobre o trabalho, pode-se dizer que este, além de não ser objetivo, também não ocupa um lugar de neutralidade em relação ao sujeito que o realiza, sendo responsável por diversificadas mobilizações subjetivas e dialéticas (Dejours, 2004). Nesse sentido, nas palavras do autor:

A psicodinâmica do trabalho defende a hipótese segundo a qual o trabalho não é redutível a uma atividade de produção do mundo objetivo. O trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada. Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo se realizar (Dejours, 2004, p. 30).

Em concordância com esta concepção, Minayo; Assis e Oliveira (2008) dizem que essa relação do sujeito com o trabalho, pode tanto ser produtora de saúde e bem-estar, quanto, de angústias e frustrações. Dessa forma, seria uma visão parcial retratar o trabalho como somente gerador de adoecimento, e, nesse sentido, formar-se o constructo dialético na teoria dejouriana de prazer-sofrimento no trabalho, que coexistem entre si, sendo um preponderante ao outro de acordo com cada vivência laboral (Dejours; Abdoucheli; Jayet, 1994).

No livro “A loucura do trabalho”, Dejours (1994) se propõe a responder a seguinte questão: “como fazem os trabalhadores para resistir aos ataques ao seu funcionamento psíquico provocados pelo seu trabalho? O que fazem para não ficarem loucos?” (p. 9). Contudo, seu objeto de estudo não é diretamente a loucura, mas o processo dinâmico e psíquico vivenciado pelos empregados na interação com o contexto trabalhista, que antecede as descompensações psíquicas (Dejours, 2017).

Assim, no processo de sofrimento, diferente da patologia mental já instalada, os trabalhadores desenvolvem formas de se defenderem do mal-estar

desencadeado pelo trabalho (Dejours, 2004). Com isso, a noção de sofrimento para o autor resulta em um estado de luta do sujeito, contra forças que o estão compelindo ao adoecimento mental, a partir do uso de estratégias individuais e coletivas (Dejours, 1994).

Quando já não existem mais formas de mobilizar o sofrimento, institui-se o sofrimento patológico, no qual o trabalhador esgotou seus recursos internos, comprometendo o equilíbrio do aparelho psíquico (Marçal, et al., 2020). A partir disso, inaugura-se o adoecimento, comprometendo a vida profissional e pessoal do trabalhador, resultando em sintomas depressivos, ansiosos, agressivos, dependências químicas, ou, até mesmo o suicídio (Dejours, 1994).

Nessa seção, introduz-se um breve panorama da referida corrente teórica, a partir da sua concepção de trabalho e da relação que o sujeito estabelece com a organização. Com isso, considerando o objetivo a ser alcançado, a Psicodinâmica do Trabalho apresenta um arcabouço adequado para compreensão da dinâmica de interação do policial com seu trabalho, assim, articula-se nas seções seguintes, os conceitos de organização e condições de trabalho, estratégias defensivas, prazer-sofrimento, identidade, reconhecimento, trabalho prescrito e real.

2. 2 ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Dejours (1994) entende o trabalho a partir de duas classificações, sendo elas, a organização do trabalho, ao qual abrange o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, modalidades de comando, relações de poder, vínculos com os superiores, pares e subordinados, etc. E, as condições de trabalho, que se refere aos aspectos mais concretos, bem como, a estrutura física, segurança, equipamentos, entre outros (Dejours, 1994).

Desse modo, segundo tal concepção, enquanto a organização do trabalho afeta em primeira instância a saúde mental do trabalhador, as condições de trabalho, ameaçam diretamente à integridade física (Dejours, 1994). Com isso, esta categoria visa traçar um paralelo com os aspectos específicos da natureza da profissão policial militar, identificada nas pesquisas selecionadas para esse estudo, a partir das noções de organização e condições de trabalho.

Inicialmente, ao tomarmos como análise as condições de trabalho citadas nas pesquisas, Silva e Vieira (2008), ao estudarem a saúde mental dos policiais militares

na cidade de João Pessoa-PB, corroboram, ao descreverem algumas condições precárias na organização. Dentre essas estão, armamentos e viaturas, caracterizados pelos policiais como antiquados, insuficientes e inadequados para o uso, remuneração baixa, carga horária excessiva, falta de capacitação profissional contínua e adequada, faltando-lhes o manejo na aplicação de técnicas adequadas (Silva e Vieira, 2008).

Para exemplificação das queixas, destacam-se os seguintes relatos dos participantes: “Faz três anos que as nossas fardas não são trocadas [...] Nossas viaturas são e estão em péssimas condições [...] Nossas armas estão bem mais atrasadas que as dos bandidos [...]” (Silva e Vieira, 2008, p. 166). Esses aspectos constituem-se como obstáculos, tanto na eficácia do fazer policial, quanto para a sua própria saúde, pois além de ficarem expostos a maiores riscos, também ficam constrangidos na execução das tarefas, já que exige do profissional um maior esforço para executá-las (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Silva e Vieira, 2008; Silva, 2009; Ferreira, 2016; Marçal et al., 2020; Winter e Alf, 2019).

Em conformidade com Silva e Vieira (2008), não é incomum encontrarmos essas mesmas condições de trabalho na instituição policial, como à falta de equipamentos e espaços adequados, salários baixos, ausência de pessoal, jornadas de trabalho extenuantes, e, a falta de capacitação. Nesse sentido, a partir dos estudos investigados, essas mesmas queixas se repetiram nos estudos de Ferreira e Ghizoni (2018) junto aos policiais militares de Tocantins – PMTO; Marçal et al., (2020) entre policiais militares em Rondônia – PMRO; Winter e Alf (2019) com policiais militares do Rio Grande do Sul - PMRS; Spode e Merlo (2006) com Oficiais Capitães da Polícia Militar do Rio Grande do Sul - PMRS; Lima (2018) com policiais militares de Goiás – PMGO; Ferreira (2016) com policiais militares do Distrito Federal - PMDF; Turte-Cavadinha (2016) com policiais militares do Distrito Federal – PMDF.

No entanto, os participantes do estudo de Marçal et al. (2020) e de Lima (2018) acrescentam que embora ainda seja preciso realizar ajustes, a situação melhorou em vista de quando chegaram na organização. Isso se dá, porque os policiais, ou fazem investimentos com seus próprios recursos, ou, contam com auxílios externos à corporação na conquista de melhorias (Marçal, et. 2020; Winter e Alf, 2019).

Outro ponto comum, em que os policiais também recorrem com o objetivo de compensar os impactos das condições desfavoráveis no trabalho, como por exemplo, a baixa remuneração, são através dos chamados “bicos”, para complemento do salário mensal (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Silva, 2009; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Souza, 2021). Por outro lado, devido ao fato de não ser comumente permitido pela instituição, além de acentuar seu nível de tensão pelo medo de serem punidos, eles acabam reduzindo seu tempo de descanso, produzindo no policial um acúmulo de cansaço e sobrecarga (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Silva, 2009; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Souza, 2021).

Quanto à falta de capacitação adequada, alguns membros da corporação relatam que costumam agir por impulso e improviso, ou, procuram meios externos para apropriação de conhecimentos e informações (Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018). Ademais, usam da criatividade para minimizar a ausência dos equipamentos e solucionar outros problemas, e sempre que possível, dialogam com seus superiores, buscando por soluções (Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018).

Mesmo com essas mobilizações de alguns policiais, na tentativa minimizarem os impactos das condições inadequadas de trabalho, existem determinados aspectos que escapam de suas possibilidades individuais, por ser inerente a própria profissão. Para isso, destaco o incômodo em relação ao fardamento, manifesto no seguinte relato: “No verão é muito quente, nossa farda não teve uma evolução [...] a gente passa muito calor e no inverno passa frio porque é uma coisa que não esquenta” (Winter e Alf, 2019, p. 674).

Como já dito, as condições do trabalho reverberam em primeira instância no corpo físico do trabalhador (Dejours, 1994). Assim, algumas pesquisas constataram em alguns policiais, lesões físicas permanentes, problemas de coluna devido ao peso do armamento, aumento da pressão arterial, sobrepeso, rinite, sinusite, diabetes, obesidade, e também, manifestações de doenças psicossomáticas como enxaqueca e dores de estômago (Piva, 2005; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Cândido, 2013; Ferreira, 2016; Lima, 2018; Brito, 2020).

Posto isso, de agora em diante, tomar-se-á os aspectos relacionados à organização do trabalho na contemplação dos estudos. Nesse sentido, vale retomar este conceito proposto por Dejours (1994), que evidencia na organização de

trabalho o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, relações de poder, vínculos com os superiores, pares e subordinados, etc. E, por tais componentes serem um pouco mais abstratos, eles ameaçam e atingem em primeira instância, o aparelho psíquico do trabalhador (Dejours, 1994).

Em se tratando das relações estabelecidas nas corporações policiais militares, isso é, entre superiores, pares e subordinados, rememora-se que as mesmas sempre passam pelo crivo da disciplina e da hierarquia (Brasil, 1988). Junto a isso, coexistem prescrições, baseadas em recompensas e punições, que sustentam a execução do trabalho, e, as relações entre os policiais, mesmo se estiverem fora do turno de trabalho (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Ferreira, 2016; Turte-Cavadinha, 2016; Souza, 2021).

Tendo como molde esse sistema de organização piramidal, ressalta-se que a vigilância da disciplina é prescrita para todos os policiais, colocando até as patentes superiores sob a fiscalização de outros também acima destes, formando assim, uma rede que também controla os que são responsáveis por controlar (Spode, 2004; Piva, 2005; Spode e Merlo, 2006). Sendo assim, temos “uma polícia que atua como polícia de si mesma, mediante a prescrição para denúncia” (Spode e Merlo, 2006, p. 368).

Essa vigilância visa impedir a transgressão das normas, ao qual podem se desdobrar em ações ilícitas ou infames cometidas por policiais, contudo, o controle também reverbera no vínculo entre os trabalhadores, pois a partir da prescrição para a denúncia, se desenvolve uma série de conflitos, suscitando a repartição e a desconfiança na corporação (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Lima, 2018). A perpetuação disso se sustenta porque o respeito aos preceitos hierárquicos, estão firmados no medo e na ansiedade de quem os obedecem (Dejours, 1994).

No entanto, foi possível observar divergências na maneira de encarar o aspecto hierárquico na instituição policial. Nesse caso, a discordância pode variar de acordo com o grau hierárquico ocupado pelo profissional, pois segundo Winter e Alf (2019), a submissão e a obediência às ordens são demarcações sempre presentes, e que, por vezes, não são questionadas, mesmo sendo um aspecto que comumente causa sofrimento, sobretudo entre as patentes mais subordinadas, que é o caso dos policiais praças.

Ainda assim, alguns dos participantes relataram não ter quaisquer dificuldades de relacionamento entre as diferentes patentes hierárquicas, pelo

contrário, vêem a hierarquia como fundamental para o desempenho e organização da instituição, e também, como uma forma de incentivar o profissional ao crescimento dentro da profissão (Ferreira, 2016; Winter e Alf, 2019). Da mesma forma, o princípio de disciplina também é colocado por alguns profissionais como necessário na corporação, pois é capaz de demarcar se o sujeito possui um perfil adequado para ser policial (Lima, 2018).

Em contrapartida, outros policiais manifestaram desconforto em relação à diferenciação hierárquica (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019). Para estes, essa maneira de funcionar no trabalho cerceia a liberdade de troca, limita o diálogo, impede uma dinâmica de trabalho mais cooperativa, legitima a cisão daquele que dá a ordem e do que obedece, e, constrange os profissionais em manifestar discordâncias dos superiores, por medo de retaliações (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019).

Nesse seguimento, Brito (2020) suscita alguns questionamentos, bem como: “seria a hierarquia um problema para os policiais militares? Seria ela um fator preponderante para o sofrimento psíquico?” (p. 56). Como já dito, muitos depoentes evidenciam que sim, enquanto outros o negam. Entretanto, vale refletir, que o cerne dessa questão pode não estar no aspecto hierárquico propriamente dito, mas na sua perversão e deturpação, que se manifestam a partir de obsessões, assédios e injustiças que são feitas sob a justificativa da hierarquia (Brito, 2020).

Consecutivo a isso, Dejours (2000) teoriza acerca de estilos de lideranças essencialmente perversas. Para ele, esse tipo de gestão sofre de um distúrbio no senso moral, de modo que o chefe perverso se utiliza do lugar de poder e autoridade, para satisfazer seus próprios desejos em seus subordinados (Dejours, 2000).

Além disso, em relação ao conteúdo da tarefa, a partir da separação entre as atividades administrativas e o policiamento ostensivo, vale destacar que os policiais poderão experimentar diferentes desconfortos, já que também, assumem funções distintas (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Ferreira, 2016; Winter e Alf, 2019). Com isso, os policiais que estão engajados nas atividades operacionais, precisam tomar decisões mais imediatas, e que na maior parte das vezes implicam riscos

(Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Cândido, 2013; Ferreira, 2016).

Contudo, é comum que estes militares se queixem da falta de mobilidade, e autonomia em tomar as decisões mais cabíveis nesses momentos, por estarem subordinados as ordens dos superiores, levando-os por vezes a serem pouco ativos ou estagnados (Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019; Oliveira e Santos, 2010). Isso ocorre, porque as decisões implicam ao policial uma possibilidade de ser punido, tanto pela instituição, quanto socialmente, o que o faz transitar subjetivamente entre ser considerado capaz, ou incapaz, habilidoso, ou desajeitado, herói ou vilão (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Silva, 2009; Ferreira, 2016; Lima, 2018).

Na pesquisa de Lima (2018), policiais militares de Goiás relataram que quando escalados em uma operação, não eram comunicados sobre o destino e as estratégias para intervenção, estando cientes, somente no local. Outra queixa, se deu em situações onde precisam lidar com subornos, ao qual os sujeitos abordados utilizam-se do fato de serem figuras de autoridade ou conhecidas destes, para que o policial ceda, sobretudo em abordagens de trânsito (Lima, 2018).

Já no âmbito administrativo, as decisões ainda podem ser tomadas com um período maior para raciocínio e consultas, em comparação com o âmbito ostensivo (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006). Diante disso, Spode (2004), e, Spode e Merlo (2006), possuem contribuições importantes ao restringirem o público policial alvo do estudo aos Oficiais Capitães, da Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

De acordo com esses autores, por estarem mais frequentes nas atividades administrativas, os Capitães ficam responsáveis pela elaboração de procedimentos que exige bastante formalismo, tanto em relação ao tempo para tais produções, quanto à dependência de outros profissionais para os devidos encaminhamentos, como peritos e depoentes (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006). Nesse sentido, os Capitães relataram desconforto, tanto em relação à burocracia desses procedimentos, quanto no auxílio dos peritos e depoentes, pois segundo os profissionais, estes costumam tardar na entrega dos laudos ou deixam de comparecer para auxiliá-los (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006).

Isso se torna um fator de sofrimento para os Capitães, pois o atraso na entrega dos documentos necessários em prazo legal resulta em punição (Decreto Nº 41.067). Dessa forma, para darem conta da entrega dos documentos, os Capitães

constantemente precisam chegar mais cedo ou estender o período no trabalho, resultando em excessiva sobrecarga em relação ao trabalho administrativo (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006).

Ferreira (2016) aponta que quanto maior o escalão hierárquico ao qual o profissional está inserido, maior a responsabilidade. Essa tensão pode ser ilustrada a partir do seguinte relato: "...Conforme os postos a responsabilidade é maior. Eu entrei como soldado e fui até major... Pra mim foi mais difícil quando eu galguei o oficialato..." (Ferreira, 2016, p. 88).

Ante o exposto, nota-se certa idealização dos policiais praças em relação aos oficiais, aos quais pensam que a partir da elevação de nível, ficarão isentos das pressões vividas. Na verdade, de acordo com o relato anterior, é possível perceber que as aflições não diminuem, somente mudam ou aumentam.

Com isso, cria-se um mal entendido entre os diferentes sofrimentos vivenciados pelos policiais superiores e seus subordinados. Os participantes no estudo de Ferreira e Ghizoni (2018) relaram existir na instituição a idéia de que os oficiais são competentes e as praças acomodadas. Simultaneamente, Minayo; Assis e Oliveira (2008) disseram haver muitas restrições pelos superiores quanto às licenças por motivos de distúrbios psiquiátricos, pois vêem como sendo uma justificativa de se conseguir ser dispensado do serviço.

Além da divergência de sofrimento entre praças e oficiais, abre-se aqui um breve espaço para citar outros tipos de atravessamentos que podem perpassar diferentes formas de afligir-se no trabalho policial. Com isso, pode ser interessante levar em consideração os diversos preditores para além do grau hierárquico ocupado na organização, como por exemplo, tempo de corporação, gênero, idade, estado civil, entre outros.

Para exemplificação, trago um relato ao qual se evidencia que ser mulher e homem policial pode guardar algumas particularidades. Na pesquisa de Ferreira (2016), pode-se perceber que os relatos das policiais mulheres estavam repletos de outras preocupações, relacionadas a assuntos da família, filhos, responsabilidade materna e doméstica.

Ademais, as policiais possuem medo e ficam apreensivas daquilo que não de enfrentar no decorrer da profissão (Muller, 2012; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016). Isso porque, pode ser que o problema se agrave, à medida que os autores das ocorrências percebam que são policiais femininas que irão abordá-los, e,

portanto, não temerem tal autoridade, o que demandaria maiores esforços para resolução dos conflitos (Muller, 2012; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016).

Além disso, devido ao ambiente policial ser eminentemente ocupado por homens, e ao qual se valoriza aspectos relativos à força, coragem e virilidade, é comum, que policiais mulheres, tenham que se esforçar para serem respeitadas nesses espaços (Turte-Cavadinha, 2016). Desse modo, algumas policiais militares nos estudos de Turte-Cavadinha (2016) relataram processos sofrimento vinculados à desqualificação, menosprezo e assédio no trabalho, e que por vezes, se casam com policiais, como estratégia de se esquivarem desses desconfortos.

De modo geral, foi comum a todos os policiais entrevistados, independente dessas variabilidades, a sensação constante de perigo, alerta, disponibilidade e disposição, pois, a responsabilidade do cargo não termina, mesmo quando não estão em horário de serviço (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Winter e Alf, 2010; Ferreira, 2016). Nesse sentido, Dejours (1994) faz uma importante observação, ao admoestar que

“Não se pode imaginar uma disciplina mais eficaz ou perfeita que a existente, pelo fato de se poder ser controlado a qualquer momento, sem mesmo saber em que momento esse controle é exercido. De certo modo, é a construção artificial de um autocontrole. Pois ter medo de ser vigiado é vigiar-se a si mesmo.” (Dejours, 1994, p. 101-102).

Desse modo, Dejours (1994) contribui para problematizar os efeitos da apropriação da concepção policial, vivenciados pelo sujeito no cotidiano. Lima (2018) concorda que a condição de ser policial militar, contorna não apenas as vivências no contexto laboral, mas também, influencia o estilo de vida social e pessoal.

Em diante, pauta-se nas relações desenvolvidas pelo policial militar com o público civil, a quem prestam seus serviços. Nesse enquadramento, retoma-se que a Polícia Militar tem como objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, 1988). Dessa maneira, no processo de exercer suas atribuições os policiais serão atravessados por expectativas, desprezos e juízos negativos acerca de seus desempenhos (Lima, 2018).

Além do seu percurso histórico, existem alguns possíveis motivos, que contribuem para a elucidação das constantes representações sociais generalizadas de uma imagem policial negativa. Um deles justifica-se pelo fato de sua função

repressiva e vigilante, que pode acionar na comunidade sentimentos desagradáveis, de se estar fazendo algo errado ou de ser repreendido (Minayo; Souza; Constantino, 2008).

Outro ponto pode está relacionado às veiculações midiáticas, que costumam propagar uma imagem pejorativa ou preconceituosa da organização (Minayo; Souza; Constantino, 2008; Silva, 2009; Oliveira e Santos, 2010; Turte-Cavadinha, 2016; Brito, 2020). Contudo, de outro modo, Silva e Vieira (2008) predizem que essa gestão hierárquica e rígida, com sistema de recompensas e punições, aos quais os policiais estão submetidos, abre espaço para posturas agressivas e tirânicas em relação ao público.

Além do mais, ter que encarar os desafios diários, se sentindo despreparados, faz com que os militares fiquem apreensivos, ao verem a sociedade atormentada em decorrência do aumento da criminalidade e violência (Silva e Vieira, 2008; Ferreira, 2016; Miranda, 2016). Nisso, costumam relatar que experimentam uma sensação similar de se estarem enxugando um gelo (Silva e Vieira, 2008; Ferreira, 2016; Miranda, 2016).

Para esse tópico, foi possível identificar, embasado nas pesquisas, inter-relações entre a organização e condições do trabalho, junto aos processos de adoecimento. Nesse sentido, os estudos identificaram no geral, questões como condições de trabalho precárias, baixa remuneração, extenuante carga horária, pouca capacitação profissional, relações hierárquicas enrijecidas, falta de autonomia, burocracia e assédio moral são motivos de sofrimentos e adoecimentos entre policiais militares, a partir dos riscos aos danos à integridade física e psíquica dos sujeitos.

2.3 ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS

As estratégias defensivas são mecanismos psíquicos acionados pelos trabalhadores, visando à atenuação do mal-estar causado pelas tarefas laborais (Dejours, 1994). Segundo Dejours (1994), elas ainda podem ser individuais ou coletivas, contudo, sempre objetivando combater e camuflar o contato interno com sentimentos dolorosos, adaptando o sujeito às pressões da organização do trabalho, e, mantendo dessa forma, o equilíbrio do aparelho psíquico. Assim, nesta categoria,

serão citadas às estratégias utilizadas pelos policiais militares identificadas nos materiais encontrados.

Em relação ao estudo de Marçal et al. (2020), realizado junto aos policiais militares de Rondônia, o sofrimento foi desmentido com sarcasmos, ironias e outras posturas de esquiva, como a banalização do risco e a racionalização. Assim, para conseguirem extrair os desconfortos vivenciados por esses policiais, os pesquisadores tiveram que substituir a palavra “sofrimento” para “constrangimentos”, como uma forma dos participantes conseguirem se expressar (Marçal et al., 2020).

A banalização do risco também se repetiu com Minayo; Assis e Oliveira (2008) na pesquisa com policiais militares do Rio de Janeiro. De acordo com um dos gestores operacionais: “Há uma carga de anormalidade muito grande que nós naturalizamos como normal. Eu volto, a viatura toda furada, e eles rindo. Falam assim: Puxa vida! Quase pegou você!” (p. 2205).

Além do mais, é comum os policiais fugirem de riscos imaginários (Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Oliveira e Santos, 2010). Nesse sentido, pode ser que faltem do serviço com a justificativa que não compareceu por ter tido um feeling que morreria (Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Oliveira e Santos, 2010).

Adiante, outros estudos puderam constatar que os profissionais lidam com os problemas inerentes ao trabalho acomodando-se, a partir da tentativa de apreender os pontos positivos, para não pensar nas adversidades enfrentadas, e sempre se submetendo aos desejos da organização (Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018). E comumente, para retomada do fôlego, buscam refúgios na religião, atividade física, convívio familiar, psicoterapia, medicamentos ou bebida alcoólica (Muller, 2012; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018).

Os estresses vivenciados diariamente também corroboram no uso de substâncias psicoativas entre profissionais da Polícia Militar, como estratégia de distanciamento em relação à exaustão gerada pelo trabalho (Souza et al., 2012; Silva e Vieira, 2008). Dessa forma, alguns estudos evidenciaram o alcoolismo e a drogadição entre policiais militares (Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Silva e Vieira, 2008; Souza et al., 2012; Muller, 2012; Perez, 2014; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Oliveira, 2018; Ferreira e Ghizoni, 2018; Brito, 2020).

Embora essa estratégia auxilie os profissionais a reduzir o desgaste psíquico decorrente da corporação, ela pode colocar o policial e a sociedade em risco, na medida em que tal profissão exige lucidez e boa capacidade de discernimento

(Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Souza et al., 2012). Além disso, também pode haver prejuízos nas relações familiares, como dificuldades conjugais e violência intrafamiliar (Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Souza et al., 2012; Ferreira, 2016).

Doravante, nos estudos de Winter e Alf (2019) realizado com policiais militares do Rio Grande do Sul, as autoras pontuaram a sublimação e a resiliência como maneiras de se protegerem frente às situações mobilizadoras de sofrimento encontradas no cotidiano do trabalho. Ainda, constataram também, o silêncio como uma estratégia coletiva, não sendo permitida a expressão de emoções que transpareçam quaisquer desconfortos ou fraquezas, para sustentar uma postura policial viril e inabalável (Winter e Alf, 2019).

A exigência dessa postura fomenta na corporação um ideal de masculinidade, onde se estimam aspectos vinculados a corpos musculosos, altos e robustos, vozes graves e imponentes, e atitudes destemidas, agressivas e corajosas de se lançar ao risco (Turte-Cavadinha, 2016). Em casos de descompassos de alguns desses aspectos, é possível que o policial não se destaque ou obtenha prestígios, sendo visualizado como inadequado ou indigno de ocupar tal encargo (Turte-Cavadinha, 2016).

Para Dejours (1994), as estratégias coletivas podem instigar o sujeito a assumir uma postura da qual tenha que demonstrar desprezo ao risco, bravura e resistência ao sofrimento. Nesse sentido, o recurso simbólico da virilidade na cultura policial pode ser demarcado como um mecanismo comum desse universo, sendo também citado como estratégia coletiva de defesa nos estudos de: Silva (2009); Muller (2012); Turte-Cavadinha (2016); Ferreira (2016); Marçal et al. (2020) e Brito (2020).

Dejours e Bègue (2010) discursam de maneira brilhante acerca da virilidade como possível estratégia coletiva, que defende o sujeito em relação ao sofrimento. Assim, enfatiza que são:

“... estratégias ostensivamente demonstradas em público como expressão de coragem, de força, até mesmo de invulnerabilidade ou, no mínimo, de resistência ou de indiferença diante do sofrimento: toda uma dramaturgia que metamorfoseava o sofrimento e a dor em escárnio e excluía qualquer comportamento ambíguo que poderia evocar o medo; pois este é imediatamente denunciado como indigno de um homem e típico de um habitus afeminado e desprezível” (p. 16).

Vale dizer que as estratégias coletivas são mais efetivas do que as individuais, isso ocorre porque, a partir de um acordo que firma-se no grupo do trabalho, a estratégia sustenta-se também na força do coletivo (Dejours, 1994). Nesse aspecto, o sujeito que viola a estratégia coletiva é mal visto ou até excluído pelo grupo, ou seja, o militar que transpõe quaisquer desconfortos ou fragilidades, não é nem admirado nem acolhido pelo coletivo, restando-lhe a solidão (Winter e Alf, 2019; Brito, 2020).

Se por um lado as estratégias defensivas auxiliam o trabalhador a lidar com o sofrimento, e manter o equilíbrio e a integridade do aparelho psíquico, por outro, podem se tornar negativos (Dejours, 1994; Mendes, 2007). Isso porque, ao evitar contato com o próprio sofrimento, o sujeito torna-se alienado e insensível ao próprio sofrimento e ao alheio, o que também dificulta quaisquer transformações, já que, calando o sofrimento, de maneira coerente, recusam-se os devidos cuidados (Dejours, 1994; Mendes, 2007).

Em síntese, pode-se dizer que diante do sofrimento na relação com o trabalho, o sujeito se utilizará de estratégias defensivas individuais ou coletivas, para defesa de sua integridade física ou psíquica. Dessa forma, no trabalho policial se destacou a partir dos materiais, determinadas formas compensatórias para esse enfrentamento e resistência, bem como os sarcasmos, banalização do risco, perigos imaginários, acomodação, virilidade, sublimação, resiliência, religião, atividades físicas, psicoterapia, convívio familiar, medicamentos, alcoolismo e drogadição.

2.4 PRAZER NO TRABALHO, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

De outro modo, além do sofrimento, também é possível identificar aspectos produtores de prazer no trabalho (Dejours, 1994). Assim sendo, Dejours; Abdoucheli e Jayet (1994) apontam que as vivências de prazer e sofrimento estão relacionadas à maneira como o sujeito significa o seu trabalho, às condições ofertadas pela organização e à liberdade de estratégias operatórias pelo operador.

Nesse sentido, se as experiências de sofrimento surgem quando o conteúdo de trabalho é pouco significativo, condições precárias no trabalho e inadequação a tarefa prescrita, o prazer é uma experiência consecutiva de haver sentido naquilo que se faz, de se ter instrumentos, um ambiente favorável e autonomia na execução do trabalho (Dejours; Abdoucheli; Jayet, 1994). Para Dejours; Abdoucheli e Jayet

(1994) o prazer no trabalho é vivido quando se há mecanismos para descarga psíquica, de forma que “uma vez a tarefa terminada, o trabalhador se sente melhor que antes de tê-la começado” (p. 25). Assim, nesta categoria, serão citados os aspectos produtores de prazer citados pelos policiais militares nos materiais encontrados.

Para alguns militares, só o trabalho policial em sua essência gera sentimento de prazer, pois mesmo que seja de difícil sustentação, não conseguem imaginar uma comunidade sem policiais, fomentando a importância do serviço na sociedade (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Cândido, 2013; Ferreira, 2016; Lima, 2018). Dessa maneira, sentem-se necessários à medida que pensam acerca de sua utilidade social e gozam de boa reputação (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Cândido, 2013; Ferreira, 2016; Lima, 2018).

De outro modo, alguns policiais se orgulham e possuem fascínio de todo o processo para até então se tornarem policiais militares. Isso pode ser notado numa verbalização bastante representativa, que diz que “... quando você jura lá a sua própria vida. É uma coisa tão bonita e tão nobre...” (Ferreira, 2016, p. 74).

Minayo; Assis e Oliveira (2008) notaram que os mais jovens que trabalham no policiamento ostensivo expressam com empolgação e dizem gostar do enfrentamento no exercício da profissão. Em discordância, Lima (2018) registra um desconforto a partir dos relatos dos policiais participantes, em relação aos recém-chegados, por não possuírem um compromisso e identificação com a profissão, mas que a usam como ponte para outros empregos.

Além disso, foi possível identificar associado ao sentimento de prazer e satisfação na relação com o trabalho, quando os policiais possuem autonomia para executar as tarefas (Lima, 2018). Esse bem-estar se dá devido à necessidade do empregado de agregar na tarefa, valendo-se da sua criatividade e do seu próprio modo de realizá-la (Dejours, 2004).

Contudo, o policial, por ser atravessado pela lógica hierárquica vigente na organização, que firma-se a partir dos lugares daquele que comanda e daquele que se submete, poderá ter sua autonomia cerceada (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019). Dessa forma, o sofrimento surge, ao atar o poderio de decisão, reduzindo a capacidade criativa e inovadora na realização das atividades (Dejours, 2004).

De acordo com Dejours (2009), o que os trabalhadores esperam em troca do seu esforço, é uma retribuição moral bastante precisa: ser reconhecido. Assim, a partir do reconhecimento da utilidade e qualidade do trabalho executado, se obtém prazer e satisfação na relação com o trabalho (Dejours, 2009).

O reconhecimento é uma gratificação, simbólica ou material, em troca do seu engajamento subjetivo na realização das tarefas, e também, do esforço do sujeito no real do trabalho, já que, este precisa fazer muito além do que lhe foi prescrito diante das situações imprevisíveis (Dejours, 2009). Nesse sentido, os trabalhadores esperam ser reconhecidos não somente pela organização, mas também pela população (Marçal et al., 2020).

Diante disso, é comum a constatação de sofrimento em policiais militares que relataram não se sentirem reconhecidos, nem por parte da corporação, nem por parte da sociedade, restando-lhes um sentimento de invisibilidade (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Muller, 2012; Ferreira, 2016; Miranda, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Marçal et al., 2020). Um dos profissionais expressa em uma das pesquisas: “O policial é apaixonado pela Polícia Militar; mas a Polícia Militar não gosta dele. Tanto não gosta que os nossos governantes não o valorizam” (Minayo; Assis; Oliveira, 2008, p. 2206).

Uma das formas da corporação manifestar o reconhecimento acerca do esforço e engajamento do policial militar é através da ascensão na carreira (Muller, 2012; Miranda, 2016; Lima, 2018). Contudo, esse motivo acabando sendo responsável por muitas vivências de frustração e desmotivação em relação à profissão, a partir do momento em que esperam uma promoção, mas que no fim, não acontece (Muller, 2012; Miranda, 2016; Lima, 2018).

Em relação às instituições policiais de Rondônia e de Goiás, as mesmas utilizam o recurso da medalha como estratégia de reconhecimento e valorização do profissional (Lima, 2018; Marçal et al., 2020). Embora, para alguns participantes, os critérios não sejam justos, pois para eles, os policiais militares que de fato estão engajados e se doando na missão, nunca receberam medalhas, da qual outros, que assumem funções menos ameaçadoras sempre recebem (Lima, 2018; Marçal et al., 2020).

Esse mesmo conflito, entre o reconhecimento do policiamento ostensivo e administrativo, surgiu em Tocantins, na pesquisa de Ferreira e Ghizoni (2018). Os

policiais encaram isso, como se a capacidade deles estivessem desacreditada pelos superiores, e os seus esforços fossem irrelevantes (Ferreira e Ghizoni, 2018). Mas, em compensação, acrescentam que são bem remunerados pela profissão (Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018).

No estudo de Marçal et al. (2020), os policiais militares de Rondônia relataram sentir satisfação no sentimento de pertencer ao grupo, pois apesar de tudo, se vêem como uma família. E em relação à gestão, que por vezes são flexíveis e tolerantes, quando precisam se ausentar por adoecimento ou sobrecarga no trabalho, e também, outro aspecto satisfatório, é “ver o ladrão se dando mal” (Marçal et al., 2020, p. 211).

Esse último aspecto, isso é, ver o detido sendo prejudicado, se dá no estudo, em seguimento a necessidade dos policiais militares comparecerem nas Audiências de Custódia, sempre que estiverem envolvidos no caso, para relatarem todo o procedimento adotado por eles durante a abordagem (Lima, 2018; Marçal et al., 2020). Nesse sentido, se sentem frustrados quando o juiz concede a liberdade ao acusado, representando para eles uma desqualificação do seu esforço (Lima, 2018; Marçal et al., 2020).

Embora isso esteja associado pelo policial militar ao resultado do seu empenho no trabalho, reflete diretamente a construção de uma subjetividade pautada em relações punitivas e vingativas (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Marçal et al., 2020). Dessa forma, ver o acusado se dando mal como aspecto que produz prazer no policial militar também apareceu em outros estudos como de: Spode (2004); Spode e Merlo (2006); Marçal et al. (2020).

Outrossim, sentem prazer quando conseguem obter êxito na resolução de conflitos, como resguardar pessoas ou recuperar bens (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2008). Isso evidencia que mesmo com as adversidades, tomaram a decisão certa e conduziram o caso da melhor maneira (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006).

Em diante, evidencia-se que, quando a qualidade do trabalho executado é reconhecida por terceiros, destina-se o registro do fazer para o ser, como por exemplo: sou inteligente, sou competente, entre outros (Dejours, 2009). Com isso, gradativamente o sujeito fortalece e desenvolve sua própria identidade, já que o reconhecimento, também confere ao sujeito o senso de pertencer a uma equipe, uma profissão, extinguindo a solidão (Dejours, 2009). Ora, para Dejours (2009) a

saúde mental se alicerça na identidade, pois para ele, toda crise psicopatológica movimenta em si um desequilíbrio de identidade.

Dessa maneira, no estudo de Winter e Alf (2010) com policiais militares do Rio Grande do Sul, a profissão foi retratada como arraigada em sua identidade. Isso porque, ser policial é estar sempre disponível para servir, mesmo em tempo de folga, ao qual retira o fardamento para assumir outros papéis, ele continua sendo policial militar, e com isso, sucessivamente responsabilizado por sustentar tal encargo (Winter e Alf, 2010).

Isso se dá tanto socialmente, por aquilo que essa função representa, quanto por parte da instituição policial, pois mesmo fora do trabalho, o policial militar ainda está sujeito as cadeias de comando preestabelecido de acordo com as posições e patentes hierárquicas (Winter e Alf, 2010). Ora, uma vez que o trabalho confere subsídios na elaboração e constituição da subjetividade, estruturando uma identidade individual e partilhada, e partir disso, ofertando um significado à existência do sujeito, pode-se dizer que ser e estar policial militar pode repercutir tanto de forma positiva quanto negativa na saúde desse profissional.

Em resumo, concomitante ao que foi teorizado por Dejours (2009), o prazer no trabalho policial também se encontrou intimamente ligado ao reconhecimento de seus esforços. Com isso, ficam satisfeitos quando se sentem úteis e valorizados na profissão, mas também, quando há autonomia, cooperativismo, ou, quando são bem sucedidos na resolução de conflitos. Ademais, possuem fascínio com o trabalho em sua essência, pois o mesmo remete e reforça símbolos de missão, dever e honra.

2.5 TRABALHO PRESCRITO E REAL: O PARADOXO QUE ENVOLVE SER POLICIAL MILITAR

Antecedente as atividades práticas do trabalho, foi preciso que estas tenham sido programadas, organizadas e estruturadas, tornando-as prescritas (Dejours, 2004). Contudo, na prática, isso é, no trabalho real, o profissional irá se deparar com situações imprevistas pelas prescrições, emergindo com isso, contradições e incongruência na relação com o trabalho (Dejours, 2004).

Entretanto, de acordo com Dejours (2004), trabalhar consiste constantemente preencher a lacuna entre o prescrito e o real. De outro modo, nas palavras do autor, pode-se dizer que:

O caminho a ser percorrido entre o prescrito e o real deve ser, a cada momento, inventado ou descoberto pelo sujeito que trabalha. Assim, para o clínico, o trabalho se define como sendo aquilo que o sujeito deve acrescentar às prescrições para poder atingir os objetivos que lhes são designados; ou ainda aquilo que ele deve acrescentar de si mesmo para enfrentar o que não funciona quando ele se atém escrupulosamente à execução das prescrições (Dejours, 2004, p. 28).

Assim, em face da discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, o empregado a partir de estratégias criativas propõe soluções, desenvolvendo com isso, seu saber-fazer na execução das atividades (Dejours, 2004). Frente a isso, haverá sofrimento se o sujeito for barrado pela rigidez da gestão organizacional, impedindo-o de usar sua criatividade na realização do trabalho, mas, de outro modo, se há autonomia para o trabalhador adaptar a realização da tarefa, fazendo valer o seu saber-fazer, experiências satisfatórias poderão ser vividas (Dejours, 2004).

Ao transpassar isso para o universo policial, é possível perceber que o profissional, no decorrer do seu fazer, enfrenta diversas contradições. Dessa forma, para introdução dessa temática, destaco uma verbalização bastante representativa, onde um policial militar manifesta desconforto por tais incoerências que se depara em sua prática: “As pessoas acham que nós temos que ser psicólogo, parteiro, juiz, doutores, bombeiro. A nossa profissão é desse jeito e todas as pessoas não conhecem outro telefone a não ser o 190” (Ferreira, 2016, p. 80).

Isso põe em evidencia que o fazer policial é atravessado por ambiguidades, como teorizado por Dejours (2004), e que, mediante a forma que este lida com isso, poderá ter acentuado seu sofrimento no trabalho. A começar, acerca da própria demanda de autonomia, pois, inserido numa corporação extremamente burocrática, hierarquizada e disciplinativa, fica difícil haver espaço para o livre discernimento para operar com criatividade em circunstâncias não previsíveis (Oliveira e Santos, 2010; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019).

Nisso, nota-se também certa ambiguidade que circunda o funcionamento hierárquico e disciplinar na organização, pois, ao mesmo tempo em que objetiva organizar, dividir tarefas e impedir transgressões, por outro lado, ocorre à estagnação, perda da autonomia e espontaneidade necessárias na execução das tarefas, em troca do medo, submissão e obediência (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019; Brito, 2020). Além disso, também corrobora para sustentação de

relações de poder, favorecendo abusos de autoridade, assédio, opressão, a partir da divisão entre aquele que pensa, e o que executa, o que está acima, e o que está abaixo (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019; Brito, 2020).

Nesse mesmo seguimento, vale lembrar que uma das formas de se impedir transgressões por parte dos policiais, é a partir da prescrição para denúncia, que torna a polícia fiscal de si mesma (Spode, 2004; Piva, 2005; Spode e Merlo, 2006). Porém, junto com a prevenção de crimes cometidos por policiais, introduz-se a rivalidade, deslealdade e desconfiança entre os colegas de farda, pois passa a encarar uns aos outros como perigos (Spode, 2004; Piva, 2005; Silva, 2009; Spode e Merlo, 2006; Lima, 2018).

Esse clima que passa a ser fomentado na corporação contradiz com a prescrição que incentiva o espírito de camaradagem, confiança e respeito mútuo entre os policiais (Brasil, 2009). Com isso, se de um lado a instituição estimula o vínculo, por outro, ela também os fragiliza, pois, junto à prescrição para denúncia de si mesma, adentram-se disputas, suspeições, jogos de espionagem e falta de companheirismos (Spode, 2004; Piva, 2005; Silva, 2009; Spode e Merlo, 2006; Lima, 2018).

Para mais, sabe-se que diante de todos os possíveis enfrentamentos ao qual o policial se deparará no exercício profissional, este nem sempre obterá êxito, ao final desse processo (Lima, 2018). Segundo Lima (2018), isso mobiliza nos policiais, sentimentos consideráveis de frustração, incapacidade e desânimo em relação à profissão.

E, às vezes impotentes ante ao real do trabalho, o policial poderá experimentar crises identitárias. Ora, uma vez sendo encorajados pelo discurso institucional a esbanjarem e se vangloriarem de aspectos vinculados à força, disposição e bravura, se tornará conflitivo e intolerante o contato com sentimentos referentes ao medo, insegurança e incapacidade (Silva, 2009; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Winter e Alf, 2019; Marçal et al., 2020; Brito, 2020).

Contudo, compreende-se que o incentivo ao culto do policial ideal, forte e soberano, se ergue como estratégia coletiva usada tanto em defesa do sofrimento, quanto como forma de sustentação na profissão, de maneira que alguns atos, outrora reprováveis, são convertidos em aceitáveis, dando-lhes um sentido de coragem, honra e missão (Piva, 2005; Turte-Cavadinha, 2016). Entretanto, sob outro

ângulo, convive junto a isso, o fato que a mesma posição de esplendor e prestígio que o sujeito se firma, é a mesma que se volta contra ele, pois amarra e silencia suas angústias e desconfortos.

Além desse jogo paradoxal, que coloca em contraste o imaginário do policial guerreiro e herói, com um homem frágil e vulnerável, no contato com a sociedade, o herói poderá se contrapor com a figura do policial vilão e carrasco (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Silva, 2009; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Lima, 2018; Brito, 2020). Essa visão negativa pode se chegar por várias vias, mas, sobretudo, sabe-se que diante do dever de garantir a segurança a partir da contenção da violência, o policial também pode ser reprodutor daquilo que tenta lutar contra, isso é, de crimes e atrocidades (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Silva, 2009; Muller, 2012; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Lima, 2018; Brito, 2020).

Desse modo, o profissional admirado ou hostilizado, se situa num limbo, onde transita subjetivamente em representações antagônicas. Ademais, em acréscimo ao que já foi posto, Silva (2009) diz que por estar inserido no mesmo contexto em que promove a segurança social, o policial militar ao mesmo tempo em que protege, também precisa ser protegido, precisa estar disposto a matar, e disposto a morrer, vigia, mas também é vigiado.

Em diante, reflete-se que no decorrer do processo de formação, os integrantes transitam de um modo de vida civil para a vida militar, onde se desvaloriza o eu particular, em vista de dar corpo a uma massa de sujeitos padronizados, que juntos e unificados, potencializarão as ações em defesa da Segurança Pública (Brito, 2020; Silva, 2015). Porém, se por um lado isso ocorre, por outro, ao suspender sua singularidade, o policial militar poderá tornar-se um estranho de si mesmo, à medida que pode ser perder de quem se é, ou de quem se foi (Silva, 2009).

Nessa mudança abrupta do estilo de vida, vale a reflexão que em algum momento de suas carreiras, e ao se deparar com diversas contradições e dificuldades que extrapolam aquilo que outrora estava previsto, e aparentemente sob seu controle e domínio, o policial poderá se pegar levantando questões que buscam uma retomada do sentido daquilo que se faz. Desse modo, podem aparecer questões como: Porque a guerra? Contra o que combato? Onde miro? Quais os efeitos disso? É uma luta que não finda? Etc.

Em sequência, sabe-se que ao final do processo de formação, fazem o juramento de proteger, mesmo que seja preciso o sacrifício da própria vida (Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Brito, 2020). Esse juramento suscita um possível alargamento das limitações da própria condição humana, em prol do cumprimento da missão, contudo, o efeito controverso, pode acontecer de forma que diante disso, o policial passa a não ter mais por valiosa a própria vida.

Ademais, sabe-se que nessa dinâmica militar que exalta a virilidade, os afetos não podem circular tão livremente, já que a conduta mecanizada emerge como estratégia de preparar os integrantes para o contato com situações perturbadoras (Silva, 2009; Ferreira, 2016; Winter e Alf, 2019; Marçal et al., 2020; Brito, 2020). Porém, esse processo de dessensibilização somado ao contato contínuo com cenários caóticos, pode cooperar para a banalização e indiferença ante a vida, à medida que se habitua, com as mortes, os assassinatos, os perigos e os diversos tipos de violências (Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Silva, 2009; Marçal et al., 2020).

Relembra-se que o embotamento, não significa ausência de sofrimento, mas serve para encobrir e camuflar o contato com a dor (Dejours, 1994). Nesse sentido, Ferreira (2016) trás que essa repressão somente obstrui o processo de expressão e simbolização dos afetos, mas o que é inerente a condição humana, estará ali, vigente e pulsante, procurando meios para se esvaziar e descarregar o que foi contido.

Acerca do tempo gasto em relação ao trabalho, fica de difícil mensuração (Dejours, 1994). Dessa maneira, a sensação de término de turno do serviço fica contraditória, à medida que a ideologia do trabalho se apropria de tal maneira da subjetividade, que mesmo despido do cargo, a vida psíquica ainda fica girando em torno de tensões e preocupações relativas ao labor (Dejours, 1994).

Posto isso, em análise da atividade policial, o trabalho deixa de ser trabalho para ser encarado como missão (Piva, 2005; Turte-Cavadinha, 2016). Dessa forma, são comuns queixas que apontam para o controle institucional que extrapola os espaços da organização, invadindo a vida pessoal do sujeito, acarretando em dificuldades de descanso, mediante as preocupações e tensões decorrentes do trabalho (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Ferreira, 2016; Turte-Cavadinha, 2016).

Nessas linhas tênues que põe em contraste diversos aspectos na atividade prática, bem como, o andar entre vida e morte, reproduzir e conter violências, o legal

e o ilegal, a impulsividade e o autocontrole, a emoção e a razão, vida civil e a vida militar, entre outros, requer um constante esforço equilibrado do policial (Turte-Cavadinha, 2016). No entanto, andar como em corda bamba, é uma tarefa complexa onde se exige considerável dispêndio de energia psíquica do profissional, que sofrerá as devidas punições mediante as ausências ou os exageros (Turte-Cavadinha, 2016).

Em resumo, nessa categoria, transpassam-se os conceitos de trabalho real e prescrito para o universo policial. Dessa maneira, é possível concluir que o contexto policial também dotado de contradições e ambiguidades, e por vezes, os profissionais possuem posicionamentos paradoxais e sentimentos antagônicos, que podem deixá-los confusos e trazer sofrimento, à medida que possuem ou não autonomia para se saírem bem diante dessas situações, com o uso da criatividade.

CAPÍTULO 3 – O SUICÍDIO E O SOFRIMENTO POLICIAL

3.1 O SUICÍDIO E O TRABALHO

Para introdução da temática, Durkheim (2019) em sua obra “O suicídio” trás uma definição geral sobre o suicídio, dizendo que este consiste em “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado” (p. 14). De outro modo, entende-se como suicídio, o ato intencional de colocar fim a própria vida (Durkheim, 2019; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2000).

Entretanto, como não são todos os sujeitos que vão para o ato propriamente dito, ou, que tentam, porém não possuem êxito, existe a compreensão da diferença entre a ideação e a tentativa suicida (Durkheim, 2019). Dessa forma, no espaço entre a ideação, tentativa e o suicídio, pode haver alguns atravessamentos, que dificulte na consumação da morte em si (Durkheim, 2019).

Nisso, todo esse processo intrapsíquico para até o ato suicida, evidencia acerca da complexidade que envolve o fenômeno, ao qual, mesmo que haja tentativas de apreendê-lo para estudo, sempre haverá partes que não de se escapar. Nesse sentido, vale retomar que além de complexo, é um feito multidimensional, pois, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2000):

[...] O suicídio não deve ser mostrado como inexplicável ou de uma maneira simplista. Ele nunca é o resultado de um evento ou fator único. Normalmente sua causa é uma interação complexa de vários fatores, como transtornos mentais e doenças físicas, abuso de substâncias, problemas familiares, conflitos interpessoais e situações de vida estressantes. O reconhecimento de que uma variedade de fatores contribuem para o suicídio pode ser útil (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2000, p. 8).

Consoante a essa mesma dinâmica de entendimento, o Conselho Federal de Psicologia (2013), nomeia três fatores principais para compreensão do fenômeno. Estes são, os fatores precipitantes, que estão relacionados aos fatores externos ao indivíduo, os internos, que se ligam as questões subjetivas, voltado a história pessoal e queixas mentais preexistente, e, por fim, os fatores ligados ao contexto cultural e organizacional que se está inserido (CFP, 2013).

De outro modo, ao analisar o suicídio em articulação com o trabalho, Miranda (2016) diz que este pode estar articulado com cinco principais fatores. Sendo eles,

os fatores pessoais e inerentes ao sujeito, fatores relacionais, organizacionais, institucionais e os sociodemográficos (Miranda, 2016).

Ademais, acerca dos meios que isso pode ser feito, esses também podem se diversificar. A Organização Pan-Americana de Saúde (2019) expõe que dentre as principais formas de autoextermínio no mundo, destaca-se o consumo de pesticidas, enforcamento e armas de fogo.

Com isso, até aqui, diante do que já foi exposto, reafirma-se que tratar do tema suicídio demanda uma análise bastante criteriosa, por ser um assunto demasiadamente melindroso, para se fazer correlações lineares do tipo causa e efeito. O pretendido, portanto, é a análise de apenas um possível fator, neste caso, a relação com o trabalho, como possível facilitador para o óbito, cabendo o alerta para a multiplicidade de situações, perceptíveis ou não, que podem concorrer para o fato do sujeito decidir findar com a própria vida (Santo e Siqueira, 2011; Miranda e Guimarães, 2015; Miranda, 2016; Pereira; Madruga; Kawahala, 2019).

Adiante nessa discussão, avança-se para os estudos de Dejours e Bègue (2010), a partir da obra “Suicídio e Trabalho”. Nela, o suicídio é interpretado não como um acontecimento deslocado ou infundado, mas em articulação e coerência com a vida e o contexto circunstancial que o sujeito suicida está inserido (Dejours e Bègue, 2010).

Desse modo, ao articular o suicídio, com razões decorrentes do trabalho, Dejours e Bègue (2010) dizem que este fenômeno participa do campo da mensagem, e, portanto, endereçado ao outro. No entanto, é de difícil cifração tal conteúdo implícito, sobretudo devido ao silêncio e censuras que se instalam diante de uma dessas ocorrências (Dejours e Bègue, 2010).

Dessa forma, é preciso cuidar nesse processo de atrelar atributos específicos de dadas organizações trabalhistas, ao ato suicidário dos trabalhadores. Sobretudo, porque é comum que haja resistência da organização em reconhecer tal amarração, tendendo a uma responsabilização exclusiva do sujeito, dizendo que este assim o fez, devido a um temperamento deprimido ou psicopatológico próprio, ou também, devido a conflitos na esfera pessoal (Dejours e Bègue, 2010).

De outro modo, diz-se também que este ao assim proceder, intenta chantagem, mas, isso não se sustenta, já que, aquele que sacrifica a própria vida, não obterá quaisquer benefícios posteriormente (Dejours e Bègue, 2010). Assim, nota-se que se desdobram a partir disso, esses e outros tabus, com o intuito de se

buscar um sentido para o ato, desde que essa explicação não esteja emparelhada a organização do trabalho (Dejours e Bègue, 2010).

Essa censura, mudez e restrição que entornam o suicídio, causam o movimento inverso ao que se pensa a priori, que acabam potencializando tais cometimentos, pois, sendo um possível sintoma de um modo de funcionamento disfuncional do contexto, sustenta-se o ciclo, à medida que se tenta abafar determinadas questões que estão em jogo nesse processo (Dejours e Bègue, 2010). Portanto, de acordo com Dejours e Bègue (2010), como pontapé principal para se refletir e elaborar a relação do suicídio com o trabalho é preciso, e inevitável, que se passe pela via da palavra.

Nessa sessão, concebe-se o suicídio como um fenômeno multidimensional, que pode ser realizado de diversas formas, e que resulta de uma interação complexa de fatores intrínsecos, externos e circunstanciais, ou, de outro modo, pessoais, relacionais, institucionais, organizacionais e sociodemográficos. E em sua articulação com o trabalho, a organização tende a censurar o fenômeno, em defesa de sua integridade, o que só potencializa contínuos acontecimentos, já que, por não serem atos desunidos do seu contexto, estes podem acabar por manifestar um sintoma de um modo disfuncional e insatisfatório de funcionamento.

3.2 POSSÍVEIS RELAÇÕES DO TRABALHO POLICIAL COM O ATO SUICIDA DO PROFISSIONAL

Dentre as diversas profissões existentes, o trabalho policial, é apontado pela literatura como um público que possui alto risco de morte por suicídio (Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Silva e Vieira, 2008; Turte-Cavadinha, 2016; Miranda, 2016; Miranda e Guimarães, 2016; Pereira; Madruga; Kawahala, 2020). Assim, como incitação para os desdobramentos seguintes, levanta-se diante do fenômeno do suicídio policial o enigma: quais motivos articulados ao trabalho podem contribuir para insatisfação ou desilusão do profissional, acentuando possibilidades de comportamentos suicidas.

Nesse sentido, no livro “Suicídio e Trabalho”, Dejours e Bègue (2010), discorrem sobre como a organização do trabalho pode suscitar o gesto suicida, e como esse ato, que tende a ser restringido e invisibilizado, pode servir como expressão de sofrimentos vivenciados no cenário do trabalho. Assim, nesta

categoria, serão citadas a partir dos materiais, possíveis articulações do universo policial com o ato suicida desse profissional.

Tudo se inicia no processo de formação para tornar-se policial militar, onde ocorre uma mudança abrupta de valores, hábitos e costumes (Brito, 2020; Silva, 2015; Turte-Cavadinha, 2016; Souza, 2021). Visado pela instituição a potencialização do seu fazer, massificam-se os sujeitos em busca de uma unificação e padronização, a qual, a depender de como esse sujeito internaliza, e elabora esse discurso, com o tempo, poderá encarar a si próprio como um estranho (Silva, 2009; Souza, 2021).

De acordo com Violanti (1993 apud Souza, 2021), o suicídio entre os policiais com pouco tempo de corporação, pode acontecer exatamente pelo fato da não adequação ao novo estilo de vida. Já que, nesse choque de realidade, o profissional lança mão de certos valores pessoais, para internalizar e propagar os da instituição (Violanti, 1993 apud Souza, 2021).

Ao findar disso, faz um juramento onde promete proteger, mesmo pelo sacrifício da própria vida (Ferreira, 2016; Brito, 2020). Esse aspecto, em união com o contato constante com cenários de morte e violência, seguida de uma possível banalização da vida e da morte, pode cooperar para que o policial não enxergue valor em sua própria existência, visualizando a morte como uma forma de evasão comum e habitual para momentos de crise (Silva, 2009).

Modelados para se moverem calcados pela hierarquia e disciplina, os policiais experimentam diversos tipos de pressões. Decorre que, mediante tais crivos, cerceia-se a liberdade e uma dinâmica de trabalho mais cooperativa, limita o diálogo, constrange pelo medo de retaliações, e legitima relações de poder entre o que manda e o que obedece (Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Winter e Alf, 2019; Brito, 2020).

Nesse sentido, destaca-se a constatação de maior predomínio de suicídio entre policiais praças (Miranda, 2016; Souza, 2021). Isso ocorre, pois além de estarem em uma posição mais baixa da escala hierárquica, colocando-os por vezes em uma posição infantilizada e de grande dependência em relação aos superiores, as praças também estão mais expostas as constantes incidências nas ruas (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Oliveira e Santos, 2010;

Ferreira, 2016; Lima, 2018; Ferreira e Ghizoni, 2018; Winter e Alf, 2019; Oliveira e Santos, 2010).

Ademais, considera-se que muitos policiais, pressionados por diversas vias que emanam do sistema rígido e punitivo de funcionamento, podem perder o sentido na execução das tarefas, através da desestabilização da sua identidade, e, por conseguinte, da própria vida. Isso ocorre, pois de acordo com Dejours (2004), sendo a criatividade um meio de se sobressair sobre o trabalho real, de forma que se gere sentido e prazer, na perda dessa autonomia, devido à extrema rigidez daquilo que foi prescrito, o profissional sente que não agrega de fato naquilo que faz.

Assomam-se junto dessas pressões internas da organização, as expectativas e cobranças sociais que entornam o agente (Piva, 2005; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Souza et al., 2012; Turte-Cavadinha, 2016; Miranda, 2016; Moura, 2019; Brito, 2020). Desse modo, os policiais também se angustiam e se desgastam, enquanto são vigiados, cobrados e hostilizados, em decorrência da posição assumida (Silva, 2009; Silva, 2015; Futino e Delduque, 2020).

Como já visto, o reconhecimento em troca do esforço, é propulsor de prazer e alívio na relação do sujeito com a tarefa, por ofertar valor naquilo que se faz (Dejours, 2009). Desse modo, é comum o sofrimento policial, a partir das queixas onde além de não sentirem reconhecidos e valorizados pela organização, por aspectos relativos às condições ou organização desse trabalho, também não o são pela população (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Miranda, 2016; Ferreira e Ghizoni, 2018; Lima, 2018; Marçal et al., 2020; Brito, 2020).

De outro modo, Miranda (2016) em seus estudos com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro acrescentou outros preditores. Nesse sentido, policiais militares com tentativa e ideações suicidas estavam insatisfeitos com a instituição, em relação às escalas, infraestruturas, equipamentos, treinamentos, dificuldade de ascender na instituição e imposição de transferências nas unidades (MIRANDA, 2016).

Em sequência, pontua-se acerca da relação desses profissionais militares, com as dependências em substâncias psicoativas, que em maior parte, são adquiridos em decorrência do trabalho (Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Silva e Vieira, 2008; Souza et al., 2012; Muller, 2012; Perez, 2014; Turte-Cavadinha, 2016;

Ferreira, 2016; Oliveira, 2018; Ferreira e Ghizoni, 2018; Brito, 2020; Souza, 2021). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2019), existe uma relação entre o uso abusivo de álcool e outras drogas com o suicídio, já que, cerca de um terço dos casos, constatam-se tal consumo.

No estudo realizado por Souza (2021), um dos entrevistados disse ter adquirido o vício de cocaína na profissão, com o objetivo de se manter acordado durante o turno de serviço da noite. Nesse sentido, o profissional expõe o seguinte: “... os policiais que trabalhavam comigo me apresentaram a cocaína, para trabalhar à noite... todas as vezes que eu tentei o suicídio, é mentira minha se eu não falar que não, tentei sob efeito...” (Souza, 2021, p. 88).

Isso se sucede, pois além de intensificar a impulsividade e brutalidade, o consumo incontrolável de substâncias psicoativas, geralmente acarretam prejuízos financeiros, sociais e familiares, como por exemplo, dificuldades conjugais, violência intrafamiliar e divórcios (Piva, 2005; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Souza et al., 2012; Perez, 2014; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Oliveira, 2018; Souza, 2021). Desse modo, ao se deparar com a propagação e ampliação de novos problemas, e não a dissolução desses, o policial militar, pode visualizar a própria morte como uma saída.

Referente ao aspecto financeiro, ressalta-se de acordo com os estudos de Durkheim (2019), que este fator também possui ligação com o suicídio. Dessa forma, os policiais correm tal risco, tanto diante do gasto desmedido para manutenção do vício, quanto decorrente do próprio pagamento, já pontuado em diversos estudos como baixo e insatisfatório (Spode, 2004; Piva, 2005; Spode e Merlo, 2006; Silva e Vieira, 2008; Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Silva, 2009; Oliveira e Santos, 2010; Ferreira, 2016; Lima, 2018; Ferreira e Ghizoni, 2018; Winter e Alf, 2019; Marçal et al., 2020; Souza, 2021).

Utilizando também, do já citado, atravessamento na dimensão da vida particular decorrente do uso de substâncias, é válido dizer que esse transpasse se dá de maneira mais ampla pela própria condição de ser e estar policial militar (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Ferreira, 2016; Turte-Cavadinha, 2016; Silva, 2021). Com isso, em consequência da maneira como a instituição policial marca e convoca à personalidade do sujeito, este profissional experimentará, mesmo fora do trabalho, momentos de tensão, medo, insônia, suspeição, entre outros (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Ferreira, 2016; Turte-Cavadinha, 2016; Silva, 2021).

Desse modo, evidencia-se que a identidade policial pode se apoderar de tal maneira do sujeito, que pode ser dificultoso conseguir se desembaraçar desse universo, mesmo quando não está em exercício da profissão (Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Ferreira, 2016; Turte-Cavadinha, 2016; Silva, 2021). Assim, é possível a reflexão de Dejours (1994) que tudo que o sujeito vive na relação com o trabalho, tende afetar não somente a si, mas tudo a sua volta, sobretudo os que convivem junto a ele.

Ainda, nesse mesmo sentido, Souza (2021) trás que o contato com ocorrências chocantes, é capaz de desestabilizar o sujeito psiquicamente, contribuindo para tentativas de suicídio. Para uma ilustração disso, um policial militar entrevistado expõe que: “Ocorrências assim [violentas]... mexem com a nossa psique. Sem contar com esse trabalho estressante. A gente vai pra casa e agente não é igual robô, que liga e desliga. Você acha que vai desligar, mas não desliga” (Silva, 2009, p. 84).

Com essa, e tantas outras possíveis ilustrações que demonstram as invasões do mundo do trabalho na esfera pessoal, fica simplório, quando a organização do trabalho, na tentativa de se eximir das ocorrências suicidas, afirmam que o fato se deu por problemas da vida particular (Dejours e Bègue, 2010). Nisso, as empresas apresentam-se ingênuas e desconhecidas do quanto às dinâmicas e exigências trabalhistas, reverberam e contagiam a vida pessoal do sujeito (Dejours e Bègue, 2010).

Outro ponto, já considerado e alertado pela Organização Pan-Americana da Saúde (2019), aponta para o fato que instrumentos, como a arma de fogo, estão dentro os principais meios de realizar o autoextermínio no mundo. Dessa maneira, o manuseio e a acessibilidade de arma de fogo entre policiais militares, também pode se enquadrar como um fator facilitador, tanto por ser um método eficaz e rápido de causar dano a si próprio, quanto por reduzir o tempo entre o pensar e o agir (Pereira; Madruga; Kawahala, 2019; Souza, 2021).

Além disso, a ausência e dificuldade relacionada a espaços para exteriorização começam desde a instituição policial. Já que, respaldada pela disciplina e hierarquia, e onde se cultua aspectos relativos à virilidade e força, emergem-se como obstáculo na cultura organizacional, tabus relativos à verbalização dos problemas e exposição das fragilidades, aos quais são tidos como

loucos, fracos ou manipuladores (Silva, 2009; Turte-Cavadinha, 2016; Ferreira, 2016; Winter e Alf, 2019; Marçal et al., 2020; Brito, 2020).

Assim, sem espaços e incentivos para escoar, expressar e simbolizar tais desconfortos, o policial amontoará sobre si cargas consideráveis de angústia, desgaste e enfado. No ápice disso, esse sujeito estará em risco, pois poderá enxergar o autoextermínio como uma maneira de escape e dissolução do seu sofrimento (Dejours e Bègue, 2010).

Como já mencionado em outra sessão, o policial que arrisca violar a estratégia coletiva de defesa do sofrimento, indo à busca de ajuda, não será admirado nem acolhido pelo grupo (Silva, 2009; Ferreira, 2016; Winter e Alf, 2019; Marçal et al., 2020; Brito, 2020). Com isso, pelo medo de desencantar o grupo, perder o sentimento de pertencimento e ser relegado para a solidão, o sujeito acaba adiando ou lançando mão da busca por esse auxílio (Dejours, 1994).

Servindo-se dessa pontuação, acerca do peso que a percepção dos colegas de farda incide sobre o sujeito, segue-se outro seguinte fator de risco. Nos estudos de Souza (2021), notou-se que contribuiu para o ato suicida entre os policiais, o fato de envolvimento em casos de corrupção e crimes, pois, além de perderem o emprego, decepcionam os amigos, passando a serem rotulados de corruptos, traidores e bandidos.

Em diante, pontuado por Dejours e Bègue (2010), a fragilização dos vínculos entre os colegas de profissão, acentua tensões e ameaças, tornando o trabalho ainda mais penoso, do que precisava ser. Com isso, junto com a deterioração do espírito de equipe, instalam-se os diversos tipos de adoecimento entre os membros da corporação, pois suspende a cooperação, para dar lugar a solidão e o isolamento (Dejours e Bègue, 2010).

Diante disso, retoma-se que o policial que precisa de auxílio psicológico fica num jogo de forças, onde precisa decidir em continuar encobrindo o sofrimento para sustentação do ideal de força esperado e o espírito de equipe, ou, se busca ajuda, colocando em risco a admiração e os vínculos na corporação (Dejours, 1994). Nisso, consiste uma relação evidente da corporação com o suicídio de seus membros, já que, unidos em prol de um mesmo objetivo, a instituição torna-se um lugar de pertencimento e filiação para o sujeito, ao qual, mediante redes de apoio ou não, pode cooperar significativamente, para motivação ou desmotivação do desejo suicida (Piva, 2005).

Por isso, o gesto suicida do profissional em razão do trabalho, pode transmitir algumas mensagens. Para Dejours e Bègue (2010) sinaliza uma situação de degradação de todo tecido humano no trabalho, pois para ele, quando isso ocorre, são todos os trabalhadores que já estão sofrendo, em relação à ausência de ajuda mútua e solidariedade, não sendo mais o viver em comunidade, mas cada-um-por-si, fazendo da solidão regra.

Essas, e muitas outras possíveis associações poderiam ser feitas, visando à articulação do suicídio policial junto aos aspectos inerentes a esse trabalho. Contudo, num apanhado geral, destaca-se que a suspensão abrupta da singularidade, o juramento em prol do sacrifício da própria vida, subversão do fator hierárquico e disciplinar, condições precárias de trabalho, dificuldade de ascensão, transferências impositivas, perda da autonomia, desvalorização e hostilização social, vícios em substâncias psicoativas, a invasão do trabalho na vida privada, contato com chocantes ocorrências, armamento, desvalorização da expressão de sofrimentos para culto da força e virilidade, envolvimento com corrupção, e, fragilização dos vínculos, são alguns fatores que podem concorrer para incitação dessas fatídicas ocorrências.

3.3 MEDIDAS POSSÍVEIS PARA PREVENÇÃO

Como pontapé acerca das possíveis estratégias para prevenção do suicídio policial, vale retomar o fato que, consoante ao dito por Dejours e Bègue (2010), o suicídio que ocorre em relação ao trabalho não é um ato isolado, mas endereçado, transmitindo, sobretudo, que os enlaces na corporação podem estar sintéticos ou fragilizados. Com isso, para se pensar uma possível atenuação, as temáticas relacionadas à saúde mental e suicídio que envolve seus membros, precisam intrigar e convocar a gestão corporativa.

De antemão, pontua-se que mesmo que possíveis propostas sejam formuladas, visando aplacar os efeitos da relação com esse trabalho, sabe-se que mudanças relacionadas à instituição policial militar não é tão simples, pois concorrem diversificados jogos de força e poder nesse processo (Ferreira, 2016; Miranda, 2016). A começar, pelo fato de além de ser uma organização burocrática e respaldada por variadas legislações, ela também não é autônoma e independente, o que ocorre, é que para haver algumas transformações, extrapolar-se-ia o âmbito

interno, envolvendo autoridades e influências externas (Ferreira, 2016; Miranda, 2016; Brito, 2020).

Nesse mesmo ângulo, atenta-se ao fato da elaboração dessas propostas não se tornarem idealistas e utópicas (Cândido, 2013; Miranda, 2016; Souza, 2021). Dado que, ao pensar ser possível extinguir todos os preditores de risco ao suicídio e prejuízos a saúde mental que envolve essa profissão, se esquece, que em essência, o trabalho policial é extenuante e apreensivo, tendo em vista aquilo que se propõem a realizar (Cândido, 2013; Miranda, 2016; Souza, 2021).

Posto isso, segue a reflexão, que os casos de suicídio na instituição, continuarão sendo arquivados, enquanto a corporação assumir a postura de defesa, eximindo-se do fato, e assim, imputando ao sujeito, exclusiva responsabilidade de tais desdobramentos (Dejours e Bègue, 2010). Esse posicionamento de esquiva continuará gerando prejuízos institucionais, na medida em que, ao se firmar o pacto de silêncio entre os colegas que sobreviveram, resulta-se em novos óbitos, “principalmente, da terrível experiência do silêncio dos outros, do abandono pelos outros, da recusa de testemunho pelos outros, da covardia dos outros” (Dejours e Bègue, 2010, p. 47).

Nesse seguimento, Miranda (2016) divide a implantação de uma política corporativa para prevenção e amparo ao adoecimento psíquico em alguns passos. O primeiro passo acontece, no momento em que as organizações policiais se implicam, estando receptivas a temática, compreendendo como uma questão grave a ser inserida em suas agendas (Miranda, 2016).

Nesse quesito, é motivo de destaque, a importância da compreensão institucional, que esse processo é benéfico não somente para o policial, mas para a imagem da corporação e para a sociedade. Já que, na medida em que os profissionais experimentam mal-estar com questões relacionadas ao trabalho, também se abre espaço para posturas pouco amigáveis e agressivas, colocando o policial, a corporação e o mundo civil sob diversos riscos (Piva, 2005; Silva e Vieira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Marçal et al., 2020; Brito, 2020).

Desse modo, através dessas discussões, a organização policial poderá notar o quanto a atividade policial depende muito mais, do que só aspectos relacionados à disposição física, robustez e coragem (Silva, 2009). Consiste que, mesmo que os profissionais de segurança pública estejam preparados para combater inimigos externos, com intensas habilidades no manuseio de armas, dotados de munição ou

revestidos de escudos e coletes, se não se aperceberem dos perigos psíquicos que perpassam a profissão, sucessivas vidas policiais continuarão sendo brutalmente dizimadas.

Para Miranda (2016), dentro do ambiente laboral, as estratégias poderão ser realizadas por meio de três programas, sendo eles, institucional, situacional e integrada (Miranda, 2016). O de caráter institucional possibilita por meio de palestras e seminários, questionamentos da cultura corporativa e da concepção policial, ações que os tornam receptivos ao sofrimento, e, a capacitação dos principais atores institucionais (Miranda, 2016).

Ainda dentro da prevenção institucional, baseado no modelo postulado por Botega (2006), Miranda (2016) aponta para três níveis de prevenção, que vão desde atenções mais gerais, até mais específicas. No caráter primário, objetiva-se um alcance ampliado da comunidade policial, na secundária, abrange grupos que estão em situações de risco suicida, e, na prevenção terciária, tenciona para os policiais que tentaram ou relataram ideação suicida (Miranda, 2016).

Em diante, na prevenção situacional, contemplam-se reajustes e readaptações de policiais que estão em situações de risco, como por exemplo, profissionais que participaram de intensos confrontos, estiveram expostos em situações de intenso risco, estão passando por tratamentos psiquiátricos, entre outros (Miranda, 2016). Desse modo, recomendam-se intervenções relacionadas ao controle da acessibilidade às armas, escalamento de serviços extras ou inclusão em novas tarefas de alto risco ou extenuantes (Miranda, 2016).

E, a prevenção integrada, propõe uma articulação com outras políticas de assistência vigentes no Brasil, formando uma estrutura interdependente (Miranda, 2016). Essa estrutura conta com seis dimensões, sendo elas, políticas de: melhorias nas condições de trabalho, atenção ao policial com maiores riscos, estímulo à gestão humanizada, capacitações para prevenção, aprimoramento na representação social da Polícia Militar e amparo à saúde mental (Miranda, 2016).

Além dessas três principais camadas estratégicas, Miranda (2016), também descreve possíveis ações, as quais o quadro de profissionais de saúde deverão se atentar. Entre eles estão, identificação de sinais, mensuração do risco através da aplicação de testes psicológicos entre baixo, médio e alto, acolhimento desse policial, encaminhamentos, orientações para prevenção e contato com redes de apoio externas (Miranda, 2016).

A importância desses procedimentos coaduna com expressões angustiantes de alguns policiais, como do estudo de Souza (2021). Durante as entrevistas, os profissionais participantes rememoraram colegas de farda que se suicidaram, e junto disso, lembram de sinais emitidos pelos sujeitos, como é o caso de um oficial que teve a experiência de um policial se matar na sua frente, e lamentou despreparo quanto à percepção dos sinais dados:

“Quando ele usou essas palavras “você vai acabar com a minha vida”, eu achei que ele estava no sentido de me sensibilizar emocionalmente, entendeu? Que ele estava querendo tipo: “Me ajuda ai, é assim que funciona, eu vou te favorecer”. [...] Eu ainda tentei dar uma ideia nele, falei que a vida não é assim. Como ele viu que eu era um cara de conversar, a minha impressão é que ele estava querendo me sensibilizar emocionalmente. Que ele tinha família, que ele tinha um filho e que iria ser preso. Em nenhum momento passou pela minha cabeça. [cometimento de suicídio]. Isso foi um aprendizado” (Souza, 2021, p. 100).

Nisso, vale pontuar que determinadas unidades policiais, cientes dessas discussões, já adotaram algumas medidas preventivas. A Polícia Militar de São Paulo e do Rio de Janeiro foram ressaltadas na obra de Miranda (2016) como participantes de avanços institucionais na prevenção do adoecimento mental e suicídio policial.

Por meio do Centro de Apoio Social/CAS, que visa amparar o policial militar em demandas psicossociais, favorecendo seu bem-estar e desenvolvimento humano, a Polícia Militar de São Paulo torna-se referência, ao inserir o Programa de Prevenção em Manifestações Suicidas, há mais de uma década (Miranda, 2016). Esse programa, oferta atendimentos individuais ou grupais, para acompanhar casos policiais em que houve tentativa, ideação, ou, consumação suicida, recebendo familiares, amigos, e também, propagação de eventos para introdução da temática nas corporações (Miranda, 2016).

Já na Polícia Militar do Rio de Janeiro, existe o Serviço de Atenção à Saúde do Policial/SASP, que propõe avaliações regulares das condições de saúde de todos policiais ativos na corporação, visando à identificação precoce de desordens na saúde física ou psíquica, do profissional (Miranda, 2016). Através da atenção de toda equipe do SASP, e avaliações psicológicas realizadas por psicólogos, é possível ter acesso aos policiais que estão experimentando processos de adoecimento, e que não procuram auxílio profissional (Miranda, 2016).

Para Miranda (2016), as dinâmicas dessas iniciativas são de extrema importância na contínua elaboração de estratégias que visam amparar demandas psíquicas emergentes na corporação. Nisso, além das organizações policiais de São Paulo e do Rio de Janeiro, também foi possível localizar iniciativas em outras localidades.

A Polícia Militar de Santa Catarina passou a assumir serviços constantes de avaliação psicológica (Pereira; Madruga; Kawahala, 2020). Com isso, policiais que sinalizem adoecimento mental ou foram afastados por diagnósticos psiquiátricos, são restringidos, a partir de uma suspensão preventiva e temporária do porte de armas (Pereira; Madruga; Kawahala, 2020).

Esses policiais serão encaminhados para um processo de acompanhamento e suporte oferecidos por psicólogos da instituição, e transferidos para funções que reduz a exposição ao risco e estresse, até o novo recebimento de aptidão para o porte (Pereira; Madruga; Kawahala, 2020). Entretanto, as limitações disso, se dão de forma que, essa suspensão, poderá acentuar ainda mais a angústia desse policial, que pode se sentir desprotegido e vulnerável, ou também, constrangê-lo, de modo que encare isso como uma punição, onde passa a se culpar por tais sinalizações transparecidas.

Ainda sobre as avaliações psicológicas, Souza (2021) faz um alerta para prevenção ao suicídio policial, a partir da percepção da junção de peculiaridades da organização e a dinâmica psíquica do sujeito. Desse modo, Souza (2021) aponta sobre a necessidade de maiores cuidados e atenção, no processo de seleção e avaliação psicológica dos candidatos, que buscam ingressar na instituição.

Além do mais, outro aspecto a ser acrescentado, se dá na abertura para contribuição da organização em articulação com seios acadêmicos que visam o estudo do fenômeno (Minayo; Assis; Oliveira, 2008; Oliveira e Santos, 2010; Cândido, 2013; Miranda, 2016; Winter e Alf, 2019; Souza, 2021). De acordo com Souza (2021), a abertura para a “exploração ético-acadêmica dos fenômenos do suicídio de policiais militares serviriam como força motriz para combatê-las” (p. 101).

Articulado a isso e face aos fatos casos de autoextermínio, a Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro/PMERJ, empreendeu uma parceria com o Laboratório de Análise da Violência, com a elaboração do seminário: O suicídio policial na polícia militar no estado do Rio de Janeiro (Miranda, 2016). Essa junção acaba engendrando o Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção/GEPeSP,

constituído por oficiais de saúde da PMERJ e pesquisadores do laboratório (Miranda, 2016; Brito, 2020).

Esse grupo possui como força motriz, fomentar e elaborar múltiplas possibilidades de ações preventivas para gestos suicidas entre policiais militares, a partir da constituição de uma equipe multidisciplinar que oferte amparos emergenciais em saúde mental (Miranda, 2016). Os métodos envolvidos nisso, se dão com “aulas expositivas e palestras com especialistas, consultas técnicas aos profissionais de diferentes áreas da PMERJ e análises de dados oficiais e pesquisas de suicídio entre policiais nacionais e internacionais” (Miranda, 2016, p. 89).

Ademais, quanto a isso, na pesquisa em um Batalhão da Polícia Militar da Palhoça/SC, Cândido (2013) relata que houve abertura da parte dos superiores, em compreender aspectos psíquicos que estão em jogo na profissão, a fim de buscar possíveis aprimoramentos. Porém, de outro modo, Cândido (2013) se deparou com obstáculos relacionados à desconfiança da exposição dos dados, reduzindo o número de contribuintes na pesquisa.

Nisso, é notório o fato que podem existir obstáculos capazes de obstruir que esses profissionais busquem auxílio, mesmo que a tenham em sua disposição. Dessa forma, também cabe a instituição, desmistificações de tabus referentes à saúde mental e o suicídio policial, que foram construídos e consolidados ao longo do tempo diante da opacidade de sentido entorno dos fatos, mas que, acabam por fazer contornos taxativos e contribuindo para contínuas perpetuações dessas trágicas ocorrências (Miranda, 2016).

Ainda, acerca dessa cisma e suspeição, Miranda (2016) agrega ao citar que o distanciamento social, e desconfiança, até entre os próprios colegas de profissão, se apresentou como um indicador de comportamentos suicidas entre policiais. Nesse sentido, a inter-relação com redes externas de suporte formais ou até informais para esse sujeito, podem ser estimulante, à medida que descentraliza a corporação (Miranda, 2016).

Contudo, essas redes externas não eximem a corporação, que ocupa um lugar significativo para possibilitar vias de saída para o sofrimento. Nisso, Dejours e Bègue (2010), marcam a importância do fortalecimento dos enlaces laborais, de modo que, suspenda-se o julgamento e o abandono, para dar lugar ao senso grupal e coletivo, havendo cooperação e solidariedade

Ao se formar pontes de apoio dentro da instituição, tornando os sujeitos receptivos aos próprios sofrimentos e dos parceiros, abaixam-se os obstáculos relativos ao medo de abandono e não prestígio, que os impedem de abrir as portas para os desconfortos (Dejours e Bègue, 2010). Dessa forma, aos poucos, suspendem-se as explicações que reafirmam única e exclusiva responsabilidade do sujeito, e a instituição, passa a tomar para si sua parcela contributiva.

De outro modo, também se torna fundamental o cultivo e a valorização de espaços terapêuticos, onde os discursos possam se apresentar soltos, livres e autênticos (Dejours e Bègue, 2010). Com isso, a partir do processo de dar forma, vazão e contorno aos sofrimentos, os profissionais poderão experimentar uma retomada de fôlego, para dar sequência, ou não, nas tarefas (Dejours e Bègue, 2010).

Por isso, em troca da devoção e sacrifícios desmedidos exigidos dos seus membros, a instituição policial, em nenhuma hipótese, deveria se desobrigar dessas questões. Pelo contrário, deveriam prestar constantes e intensos apoios, tanto para prevenção, quanto para tratamento dos efeitos colaterais vivenciados pelo exercício da profissão (Ferreira, 2016; Souza, 2021).

No geral, para essa categoria, atenta-se ao fato que mesmo com limitações, a corporação policial ainda pode viabilizar ações interventivas que podem contribuir significativamente para a prevenção e suspensão de prejuízos do trabalho na vida mental dos policiais. Desse modo, entender e desmistificar sobre o fenômeno, principais preditores, detecção de sinais, dissociação da expressão de sentimentos como sinônimo de fraqueza, incentivo a busca de apoio psicológico, valorização de espaços que acolham o policial em sua subjetividade, cuidado na seleção de candidatos, parceria com o seio acadêmico, podem contribuir para prevenção dos casos de suicídio, à medida que se desenvolve um olhar mais humanizado sobre a saúde mental e o sofrimento psíquico do policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições policiais brasileiras se pautam num formato de gestão rígida, as quais possuem para seu regime, normas e legislações bem definidas, de tal forma, que excedem o âmbito do trabalho, orientando dimensões da vida social e pessoal do sujeito. Nisso, a profissão policial é considerada uma das mais extenuantes, contando com duras cargas de tensão e estresse, que podem trazer consequências fisiológicas, mentais, familiares e sociais para seus integrantes.

Contudo, em vista dos possíveis arranjos advindos dessa profissão, que concorrem para desdobramentos de todo tipo de sofrimento, estes podem se suceder por diversos fatores. Na condução dessa compreensão, utilizou-se do aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, a partir dos conceitos de organização e condições do trabalho, estratégias defensivas, prazer-sofrimento, identidade, reconhecimento, trabalho prescrito e real.

Em relação às condições e organização do trabalho, o compêndio de estudos analisados enfatiza em sua maioria, sofrimentos decorrentes de aspectos precários e obsoletos, remuneração insatisfatória, cargas horárias extenuantes, capacitação insuficiente e relações hierárquicas enrijecidas. Nesse sentido, além de ficarem constrangidos e expostos a maiores riscos na execução das atividades, também podem ter sua autonomia e criatividade restringidas.

Para conseguirem lidar com o sofrimento, os policiais utilizam algumas estratégias individuais e coletivas, que objetivam dissimular a angústia e a dor. Desse modo, é comum buscarem refúgios por meio de posturas irônicas, viris, vulgarização dos riscos, banalização da vida, ameaças imaginárias, alcoolismo, drogadição, religião, atividade física e psicoterapia.

Cabe destacar a recorrência da virilidade como estratégia coletiva, sendo uma característica marcante no contexto cultural da instituição policial. Assim, expressões que esbanjam coragem e força, são capazes de torná-lo admirável pelo grupo, mas, por outro lado, são desencorajados a exteriorizar quaisquer incômodos ou fragilidades.

Mesmo diante dessas tensões, também se identificou possibilidades de vivências satisfatórias nessa profissão. Com isso, experimentam prazer quando há autonomia, cooperativismo, senso coletivo, ou quando sentem úteis, reconhecidos e

valorizados na profissão, e, também, pela própria essência da profissão, que reforça símbolos de honra, missão e autoridade.

No que diz respeito ao conceito de trabalho prescrito e real, sabe-se que o trabalhador enfrentará contradições em sua prática. Assim, na atividade policial, é comum o enfrentamento de ambiguidades, que começa desde o processo de formação, onde se exige uma mudança abrupta do estilo de vida, que visa padronizar os sujeitos para potencialização da tarefa, mas, que por outro lado, pode tornar o sujeito um estranho de si mesmo, a partir da suspensão de sua individualidade.

Ademais, dessensibilizar o sujeito junto com o contato constante com situações caóticas, pode tender a uma banalização da vida e da morte. Ou, com o próprio juramento de cumprir a missão, mesmo com o sacrifício da própria vida, pode suscitar que o policial deixe de enxergar valor em si próprio.

Em relação ao aspecto hierárquico, que mira organizar, dividir tarefas e evitar transgressões, acaba também por outro lado, controlando, restringindo e favorecendo abusos de autoridade e rivalidades entre policiais. Ou, o culto ao ideal do policial forte e viril, que o encoraja para a tarefa, porém, o desprepara para frustrações e limitações na atividade.

Ao assegurar a ordem pública, através da contenção, o policial pode reproduzir violências, da qual tenta lutar contra, o que o torna alvo de hostilidade e reprovação social, transitando de herói para vilão. Promove a segurança, mesmo que experimente insegurança, protege, mas precisa se protegido, vigia, e também é vigiado.

Além disso, no transpasse para a compreensão do fenômeno do suicídio policial, é preciso considerar que este fenômeno é complexo e multifatorial. Nisso, além de não ser possíveis relações do tipo causa e efeito, o fenômeno também pode extrapolar o olhar psiquiátrico e psíquico, requerendo uma análise multidisciplinar.

Contudo, é possível considerar que o trabalho policial eleva a probabilidade do sujeito atentar contra a própria vida. De forma geral, foi possível encontrar paralelos do gesto suicida com questões relacionadas às mudanças abruptas do estilo de vida, juramentos, dessensibilização afetiva, exposição à violência e situações chocantes, distanciamento social, desconfiança, banalização da vida, subversão da hierarquia e disciplina, falta de autonomia e reconhecimento, dificuldade de ascensão, transferências impositivas, cobranças sociais,

atravessamentos na esfera pessoal, condições ruins de trabalho, dependências em substâncias psicoativas, armamentos e a cultura de desmotivação da expressão de angústias e aflições.

A recorrência e repetição desses fatores podem auxiliar a elucidar os altos índices de suicídios nesse universo, já que, perde-se o sentido, desestabilizando a identidade profissional. Porém, vale pontuar que mesmo diante desses fatores identificados no trabalho policial, pode-se dizer que estes não estão encerrados em si mesmos, já que estes e outros preditores poderão surgir, ou, serem passíveis de variações de corporação para corporação.

Nesse sentido, é possível identificar algumas fragilidades e limitações desse estudo, já que, não podem ser encaradas como findadas, todas as possibilidades de queixas que poderão advir desse contexto. Assim, a multiplicidade de variáveis que também podem ser consideradas e se fazer presentes, como sexo, raça, idade, tempo de serviço, inatividade, localidade das corporações, situações conjugais, lutos, histórico pessoal e familiar, transtornos psicopatológicos, entre outros, são marcadores que devem ser analisados, podendo ser alvo de análises ou aprofundamento de pesquisas posteriores.

Além do mais, quanto ao gesto suicida, sabe-se que o assunto tende a ser negligenciado pelas instituições, que lidam com esses fenômenos como se fossem casos isolados, provindo de sujeitos frágeis ou depressivos, ou, que devem ser arquivados e superados. Porém, essas explicações individualizantes do fenômeno, soam um tanto simplistas para uma instituição que através de elementos simbólicos e significativos, passam a permear de tal forma a subjetividade, que enraíza profundamente na sua forma de ser, ver e existir.

Ora, com isso, a organização policial pode fraquejar e naufragar, ao destacar desmedidamente seus próprios interesses e o objetivo a ser cumprido, e postergar os meios ou os fatores humanos que também estão em jogo nesse processo. Dessa forma, os integrantes nessa relação com a profissão, podem se sentir meros componentes passíveis de serem abandonados ou substituídos, de acordo com a demanda utilitarista da instituição.

Com esse movimento, dificultam-se processos de prevenção e intervenção, já que, ao individualizar as queixas psíquicas, os sujeitos se sentem impotentes e solitários, se fechando cada um ao próprio mal-estar. Assim, os recorrentes suicídios

dos seus integrantes precisam intrigar a organização, já que, podem emergir como um sintoma, que denuncia uma dinâmica disfuncional.

Nisso, sabe-se que a instituição policial, com suas intensas exigências físicas e psíquicas, que refletem significativamente na saúde do profissional, pode contribuir para suscitar o desejo de morte dos seus integrantes. Refletindo desse modo, um movimento cruel, pois além de deixar marcar indelévels no sujeito, ainda impede ou não facilita a expressão das angústias advindas desse processo.

Por um lado, se isso se deve a própria natureza de ser e estar policial, por outro, isso é agravado diante da ausência ou insuficiência de suportes institucionais para acolher as demandas do sujeito. Por isso, na exigência de centralidade e completa devoção, onde o sujeito passa a concentrar seus esforços somente em conteúdos que estão articulados com o trabalho, a organização policial, também passa a assumir um papel crucial para promover e valorizar oportunidades estratégicas que acolham os policiais, possibilitando saídas para o sofrimento.

Diante de tudo isso, cabe a instituição policial fomentar a valorização de espaços apropriados e seguros, onde os discursos possam se apresentar soltos e autênticos, por meio da desmistificação de tabus referentes à saúde mental e suicídio policial. Isso pode ser feito, sobretudo, a partir da inserção dessas discussões no seio institucional, com a inclusão desses conteúdos nos próprios centros de formação, palestras, campanhas, ou políticas na instituição.

Com essas, e tantas outras possíveis mobilizações estratégicas que podem ser pensadas para esse público, poderão se fortalecer os enlaces corporativos, tornando os sujeitos mais receptivos aos próprios sofrimentos psíquicos, e dos colegas. Ademais, vale acrescentar que tais cuidados são benéficos não somente para o policial, mas para a corporação, e a sociedade, a quem prestam seus serviços, pois, na medida em que experimentam insatisfações relacionadas ao trabalho, abrem-se espaços para posturas pouco amigáveis e agressivas, colocando a corporação e o mundo civil sob diversos riscos.

Por isso, estimular os empregados a repensarem sua relação com o trabalho, a partir de uma melhor elaboração da doutrina e teoria policial, poderá auxiliar os sujeitos a se aperceberem das consequências que tal profissão incide sobre eles. Com isso, a partir de questionamentos, bem como, qual é a doutrina policial, como essa teoria é transmitida, e como os seus integrantes processam e reproduzem esse

discurso, poderão contribuir para o sujeito ter amplitude dos efeitos institucionais sobre eles e sua volta.

Por fim, pode-se dizer que mesmo diante de reduzido interesse acadêmico, este trabalho contribui para uma maior compreensão do processo de adoecimento vivenciado por profissionais de carreiras policiais militares. Neste aspecto, salienta-se que haja uma contribuição para mobilizar tais discussões, aumentando a visibilidade política e corporativa quanto ao tema, suscitando a importância da valorização do policial militar, devendo retornar para ele o foco de cuidado, suporte e auxílio da organização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 de maio de 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.** Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília: Presidente da República, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20667%2C%20DE%202%20DE%20JULHO%20DE%201969.&text=Reorganiza%20as%20Pol%C3%ADcias%20Militares%20e,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Ancias. Acesso em: 17 de maio de 2023.

BRASIL. **Hierarquia, aspectos da cultura organizacional e implicações na qualidade de vida: um estudo nas polícias militares Brasileiras / coordenação, David Mamblona Marques Romão... [et al.].** Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <https://ippesBrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/09/hierarquia-8.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília, 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 17 de maio de 2023.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 660/MD, de 19 de maio de 2009.** Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Ministério da Defesa, Brasília, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/660a_2009.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2023.

BRITO, Higor Pontes Pinto. **Sofrimento Psíquico em Policiais militares: um estudo de revisão**. 2020. Dissertação de Mestrado – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/46285/ve_Higor_Brito_ENSP_2020.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 12 de junho de 2023.

CÂNDIDO, Paula Emanuela Fernandes. **Trabalho e Saúde Mental em Policiais militares de Palhoça (SC)**. 2013. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Área de Concentração: Ergonomia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122601/326549.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O Suicídio e os Desafios para a Psicologia**. 1ª ed. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

DECRETO ° 41.067, de 19 de julho de 2001. **Aprova o Regulamento Disciplinar dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul**. Diário Oficial do Estado, promulgado em 24 de setembro de 2001. Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_IDNorma=47817#:~:text=1%C2%BA%20%2D%20O%20Regulamento%20Disciplinar%20da,e%20as%20recompensas%20policiais%2Dmilitares. Acesso em: 27 de março de 2023.

DEJOURS, Christophe. **Subjetividade, trabalho e ação**. São Paulo: Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 027-034, Set./Dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/V76xtc8NmkqdWHd6sh7Jsmq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicídio e trabalho: o que fazer?** Distrito Federal: Paralelo, 2010.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, Christophe. **Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho?** São Paulo: Revista Cult, 139 (12), 49-53, 2009. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/christophe-dejours-como-reencantar-o-trabalho/>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth. JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos.** 1ª ed. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano.** 5º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade.** In: MENDES, Ana Magnólia Bezerra; LIMA, Suzana & FACAS, Emílio (Orgs.). Diálogos em psicodinâmica do trabalho (pp. 13-26). Brasília: Paralelo 15, 2007.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** 3º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: Um Estudo Sociológico.** 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

FERREIRA, Leonardo Borges. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre Policiais militares do DF.** Dissertação de Mestrado em Administração – Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20833/1/2016_LeonardoBorgesFerreira.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2023.

FERREIRA, Thatiellen Menezes; GHIZONI, Liliam Deisy. **Narrativas de Policiais militares do Tocantins sobre o trabalhar**. Revista Observatório, Palmas, v. 4, n. 6, p. 597-635, out.-dez. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5565/14194>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. 42º ed. São Paulo: Vozes, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de segurança pública**. 14º ed. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

FURTINO, Regina Silva; DELDUQUE, Maria Célia. **Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema**. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário. 2020 abr./jun.; 9(2): 116-134. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/632/740>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GOMES, Dhiogo Felipe Santos; BELÉM, Aline Oliveira; TELES, Shirley Santos. **Saúde Mental de Militares: uma revisão integrativa do cenário Brasileiro**. Revista de Saúde Pública de Santa Catarina. Santa Catarina, v. 7, n. 3. 2014. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/12/1140166/saude-mental-de-militares_uma-revisao-integrativa-do-cenario-b_tct1irA.pdf>. Acesso em 24 abril 2023.

GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO. **Manual Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências.** Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.

LIMA, Denise Michelle Valério de. **Trabalho e sofrimento do Policial Militar do Estado de Goiás.** Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teserver/api/core/bitstreams/a4e2e385-6abc-4e82-9e62-d4c4083e4aa9/content>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARÇAL, Hanna Izabel Ferreira et al. **Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2020, vol. 23, n. 2, p.203-217. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v23n2/a07v23n2.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2023.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas.** 1º ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil).** Ciência e Saúde Coletiva, v. 16, n. 4. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/x4dWvKpCDFhmvbY39ncfDHx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Formação social da Polícia Militar do Rio de Janeiro.** In: Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, pp. 41-65. ISBN 978-85-7541-339-5.

Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y28rt/pdf/minayo-9788575413395-04.pdf>.

Acesso em: 21 de abril de 2023.

MIRANDA, Dayse. (Org.). **Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1^o ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MIRANDA, Dayse et al. **O comportamento suicida entre profissionais de segurança pública e prevenção no Brasil**. Pensando a Segurança Pública, Brasília, v. 6, p. 151 – 204, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/pspvolume6/o_comportamento_suicida_entre_profis_sp_prevencao_Brasil.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2023.

MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. **O Suicídio Policial: O que sabemos?** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 9 - nº 1 - 2015 - pp. 13-34. Disponível em: <https://ippesBrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/06/suicidio-policial.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

MULLER, Daniela Zipperer. **Uma polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do pelotão de operações especiais**. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/55426/000858143.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

MOURA, Simone Vivian de. **Os impactos do trabalho sobre a Saúde Mental do Policial Militar**. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública, B Hte., 8,71-81, jan./dez 2019. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/793>. Acesso em: 31 de março de 2023.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. **Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua**. Sociologias, Porto Alegre,

ano 12, nº 25, set./dez. 2010, p. 224-250. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/kRWWYHPFpWbvhGmMdbjtqcp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Juliana Di Silva. **Epidemiologia do uso de substâncias psicoativas em operadores de segurança pública: diretrizes para políticas institucionais no campo da promoção de saúde**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/12098/1/julianadisilvaoliveira.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. (2000). **Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_impresa_suicidioms.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE-OPAS. (2019). **Folha Informativa: Suicídio**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-9-2019-uma-pessoa-morre-por-suicidio-cada-40-segundos-afirma-oms>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. **Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil**. Caderno Saúde Coletiva, 2020;28(4):500-509. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/8DR9jr4bsQjtq5j7Rp3GX6S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

PEREZ, Arlene de Maria. **Uso de tabaco, uso de álcool, comportamento sexual e saúde mental em amostra de alunos oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5169/tde-26112014-120611/publico/ArlenedeMariaPerez.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

PIVA, Luciana. **Trabalho e sofrimento psíquico: um estudo de caso com Policiais militares**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f1be869c-78fb-4e0f-9967-c9d64641caf0/content>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi; SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares. **Considerações sobre trabalho e suicídio: um estudo de caso**. Rev. Brás. Saúde ocup., São Paulo, 36 (123): 71-83, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/fr763yxBypJP9s6Sj4gfQ9h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

SILVA, Natália Nogueira da. **Organização Policial Militar, produção de subjetividade e saúde mental: uma revisão de literatura**. Dissertação de Mestrado – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/37351/ve_Natalia_Nogueira_ENS_P_2015?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 17 de abril de 2023.

SILVA, Joana Helena Rodrigues da. **Estudo sobre o trabalho policial e suas implicações na saúde mental**. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04122009-112509/publico/JoanaHRSilva.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. **O processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental**. Saude soc., São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, Dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/c7trbjmJ3RRnpDyHsNcJJKh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio de 2023.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. **Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro**. Ciência e Saúde Coletiva, 18(3):667-676, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/wVNJsTcPQ5tWHTkYTd3qtpz/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 27 de agosto de 2023.

SOUZA, Daniel Ferreira de. **Olhos e corações fechados: Um estudo sobre o suicídio na PMERJ**. Dissertação de Mestrado – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2021. Disponível em:

https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31450/Disserta%3%a7%3%a3o%20FGV-%20SOUZA_%20modificada%20FINAL.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em:

20 de agosto de 2023.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma pesquisa junto aos capitães da Polícia Militar**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/mDgQTP4RT35mgm9Cg86bjxP/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 01 de junho de 2023.

SPODE, Charlotte Beatriz. **Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma pesquisa junto aos capitães da Polícia Militar**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247852827_Trabalho_policial_e_saude_mental_uma_pesquisa_junto_aos_Capitães_da_Polícia_Militar. Acesso em: 17 de julho de 2023.

TURTE-CAVADINHA, 2016. **Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-01042016-134600/publico/tese_samantha_lemos_turte_cavadinha.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

WINTER, Lilian Ester; WALF, Alexandra Machado. **A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho**. Revista Psicologia: Organizações e

Trabalho, 19(3), 671-678, 2019. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v19n3/v19n3a05.pdf>. Acesso em: 18 de julho de
2023.